

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA.**

**A CRISE DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO SOB A PERSPECTIVA
DA TEORIA DA CRÍTICA DO VALOR**

Márcio Dias da Silva. Trabalho de graduação apresentado à disciplina Trabalho de Graduação Individual II (TGI II) do curso de Geografia da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Geógrafo. Orientador: ProfºDrºCarlos de Almeida Toledo.

**SÃO PAULO
2016**

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pela paciência e ajuda tanto financeira quanto emocional, que me deram desde o tempo de cursinho e vestibular até os momentos atuais de conclusão do curso. Agradeço a minha companheira Ana Gabriela pelo carinho e amor que tem me doado e incentivo, nas conversas e discussões, no apoio durante todo o processo de produção deste trabalho. Agradeço ao meu filho Bartolomeu que ao nascer me colocou em uma situação motivacional no sentido de terminar a graduação. Agradeço também a todos os meus amigos pelas inúmeras conversas e discussões, tem um pouco de cada um neste trabalho.

Sumário

Introdução	pag.: 01
O Trabalho	pag.: 02
As escolas	pag.: 17
A crise da escola e do trabalho	pag.: 28
Considerações Finais	pag.: 55
Bibliografia	pag.: 57

Introdução

A terceira revolução industrial, iniciada nos anos oitenta do século XX, possui como atributo principal o desenvolvimento tecnológico da microeletrônica e das tecnologias de informação na aplicação produtiva. Tal desenvolvimento produtivo coloca o mundo que conhecemos em crise, pois, a crescente automatização da produção coloca gradativamente o trabalho humano como o conhecemos em obsolescência: há um crescente automatismo dos meios produtivos o que leva conseqüentemente ao desemprego estrutural.

Isso tudo entendido como parte ou resultado preliminar de um movimento histórico que desde a sua origem, na primeira revolução industrial, possui a constante tendência sempre crescente de aumento da produtividade via mecanização e racionalização dos meios produtivos, conseqüência de uma tendência intrínseca do sistema de buscar sempre a diminuição dos custos com o trabalho, para assim alcançar a maximização dos lucros e vencer na concorrência. É dessa maneira que chegamos ao nível atual de um padrão de produtividade e rentabilidade elevado o que exige altos níveis de investimentos colocando, desta forma, em crise a própria capacidade do capital de explorar trabalho. No limite este processo leva a desvalorização das mercadorias e conseqüentemente a uma crise de sociabilidade, uma vez que, é o tempo de trabalho humano (trabalho abstrato) cristalizado nas mercadorias que além de originar o valor destas possui a forma de sociabilidade imanente da modernidade que, por sua vez, entra em crise, na medida em que, tal sociabilidade se dá pela troca de mercadorias, ou seja, pela permutação dos tempos de trabalho refletidos na forma do equivalente geral: o dinheiro. É a partir disso que podemos falar de uma crise da modernidade conseqüência última da própria crise do trabalho.

Em relação intrínseca com a crise do trabalho, pretendo tratar nesta análise, o que geralmente costuma se chamar de crise da educação, entendida aqui como crise nas formas de educar para o trabalho, que antes eram relacionadas com modo de produção antigo, baseado na segunda revolução industrial, mas que atualmente entram em declínio dado a sua necessidade de se relacionar com as novas formas de produzir, surgindo assim a necessidade de se buscar novas formas de educar.

O Trabalho

Marx em O Capital ao analisar a produção capitalista sob o incremento da maquinaria fez referência ao que seriam as primeiras regulações jurídicas do poder político, relacionadas diretamente aos trabalhadores, as assim chamadas Leis Fabris de 1844 e 1850 inicialmente restritas aos ramos de fiação e tecelagem e posteriormente generalizadas para todos os ramos produtivos ingleses.

O autor enfatiza que tais leis foram o produto necessário da grande indústria no sentido de criar um efeito catalisador para o desenvolvimento de um nivelamento da exploração do trabalho nas formas de produzir. Dessa maneira a implementação da maquinaria nos diversos ramos da produção inglesa, acelerou a transição da forma de produção baseada na manufatura e no trabalho domiciliar modernos para a produção mecanizada da grande indústria.

“Essa revolução industrial, que transcorre de modo natural-espontâneo é artificialmente acelerada pela expansão das leis fabris a todos os ramos industriais em que trabalhem mulheres, jovens e crianças. A regulamentação compulsória da jornada de trabalho, em relação a sua duração, pausas, início e término, o sistema de revezamento para crianças, a exclusão de todas as crianças abaixo de certa idade etc., exigem, por um lado, o incremento da maquinaria e a substituição de músculos por vapor como força motriz.” (MARX, 2013).

Com o incremento da maquinaria na produção e todo o seu conseqüente revolucionamento nas formas de produzir, o capitalista, dono dos meios de produção, pôde intensificar a exploração do trabalho utilizando, dentre outras medidas, do prolongamento da jornada de trabalho e do aumento do número de trabalhadores assalariados, complementados agora pelo trabalho feminino e infantil, pois:

“À medida que torna prescindível a força muscular, a maquinaria converte-se no meio de utilizar trabalhadores com pouca força muscular ou desenvolvimento imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso o trabalho feminino e infantil foi à primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria.” (MARX, 2013, p 468)

Sendo assim a inclusão da maquinaria no processo produtivo não trouxe tranquilidade para os trabalhadores, muito pelo contrário, pois, agora não mais somente o Homem maduro que terá que ser submetido à exploração do trabalho, mas toda a sua família na medida em que, o valor de sua força de trabalho diminui com a entrada e consequente competição promovida pelas mulheres e crianças no mercado de trabalho o que, por sua vez, força contraditoriamente o trabalho dos seus entes familiares na necessária composição da subsistência familiar, transfigurada na forma de salários.

“Para que uma família possa sobreviver agora são quatro pessoas que tem que fornecer ao capital não só trabalho, mas mais trabalho” (MARX, 2013, p 468)

O princípio modernizador da indústria, representado pela introdução da maquinaria, revolucionou o já dissolvido processo de produção artesanal que na manufatura já se encontrava dividido em elementos constitutivos e transformou o trabalhador em um mero “operador detalhista, acessório autoconsciente de uma máquina parcial”. (MARX)

É diante dessa nova forma de produzir, de um trabalho que se tornou fragmentado, parcial, repetitivo e embrutecedor que as leis fabris de 1844 e 1850 surgiram, não sem relutância e objeções dos patrões que temiam a perda de competitividade e consequente falência, fato que assombrava principalmente os pequenos capitalistas das manufaturas e oficinas domiciliares que para se manterem competitivos no mercado usavam e abusavam do trabalho feminino e imaturo em práticas devastadoras de jornada de trabalho ilimitada.

“No que diz respeito tanto às formas intermediárias entre manufatura e trabalho domiciliar, quanto a esta última propriamente, a verdade é que o solo sobre a qual elas se alicerçam afunda quando se limita a jornada de trabalho e o trabalho infantil. A exploração ilimitada de forças de trabalho a baixo preço constitui a única força de sua competitividade.” (MARX, 2013, p 546)

Para esses pequenos capitalistas a generalização das leis fabris resultou na necessidade de um maior dispêndio de capital para investimento, no intuito de incorporar tecnologia no seu processo produtivo e manter se competitivo no mercado,

agora não mais através da exploração ilimitada do trabalho, mas de uma maior intensidade produtiva de seus trabalhadores, via maquinaria.

Apesar de todos os custos advindos e a falência de muitos, o que os empresários relutantes provavelmente não haviam entendido e o parlamento inglês sim é que uma lei coercitiva pode remover de forma antecipada todas as barreiras naturais da valorização do valor no âmbito da reprodução ampliada.

O barateamento da força de trabalho por meio do simples abuso de forças de trabalhos femininas e imaturas, do roubo de todas as condições normais de trabalho e de vida e da brutalidade nua e crua do trabalho excessivo e do trabalho noturno acaba por se chocar contra certas barreiras naturais que já não se podem transpor, assim como ocorre com o barateamento das mercadorias e a exploração capitalista em geral que repousam sobre estes fundamentos. Assim que esse ponto é finalmente alcançado, e isso demora bastante, soa a hora para a introdução da maquinaria e a transformação agora rápida, da produção domiciliar dispersa (ou inclusive da manufatura) em produção fabril. (MARX, 2013, p 541).

Entretanto, não devemos de forma alguma creditar esse fenômeno ao gênio da atividade burguesa, que a partir das legislações fabris anteciparam a superação dos limites naturais impostos à valorização do capital. Pois, tal atribuição levaria a compreensão da história por uma via factual que vê no movimento histórico atos heroicos de sujeitos objetivados.

“Pois, de um lado, os homens quebram, dissolvem e abandonam constantemente os elos ‘naturais’ irracionais e ‘efetivos’, mas, por outro lado e ao mesmo tempo, erguem em torno de si, nessa realidade criada por eles mesmos, ‘produzida por eles mesmos’, uma espécie de segunda natureza, cujo desdobramento lhes opõe com a mesma regularidade impiedosa que o faziam outrora os poderes naturais irracionais (mais precisamente: as relações sociais que lhes apareciam sob essa forma). ‘Seu próprio movimento social’, diz Marx, ‘possui para ele a forma de um movimento de coisas que os controla em vez de ser controlados por elas’” (LUKÁCS, 2013 p 271-272).

Apesar do ato consciente dos parlamentares não podemos nos esquecer de que se trata da sociedade capitalista moderna, ou seja, de sujeitos objetivados na forma do modo de produção capitalista. O que os leva a uma práxis objetivada e presa às “leis naturais” sociais determinadas dentro do próprio modo de produção capitalista.

Confiar a inteligibilidade ao pensamento racionalista burguês moderno resulta em não compreender a essência dos fenômenos e a sua unidade no movimento histórico, e em consequência disto, manter-se no simples imediatismo. Não superaríamos assim a dualidade que separa objeto e sujeito em uma falsa lei natural e uma práxis fundamentada naquele imediatismo que se baseia inevitavelmente na recusa sistemática das categorias de mediação históricas e na aceitação das formas de objetividade desta sociedade.

Obviamente ambos, capitalistas e proletários, exprimem esta objetividade capitalista que se transfigura na forma da reificação em que a própria subjetividade humana é sujeitada e identificada com o caráter inanimado, quantitativo e automático dos objetos ou mercadorias circulantes no mercado, sendo que nos primeiros esta realidade se exprime como atividade do seu próprio poder, no âmbito do racionalismo burguês, do cálculo matemático, das experimentações invariáveis em suma: da atividade capitalista. Para os segundos, no entanto, esta realidade se exprime pela impotência, pela desumanização, pela automatização e pelo caráter de mercadoria que sua atividade impõe à sua consciência. Diz Marx:

“A classe possuidora e a classe do proletariado apresentam a mesma auto-alienação humana. Mas a primeira sente-se à vontade e confirmada nesta auto-alienação, reconhece a alienação como seu próprio poder e possui nela a aparência de existência humana. A segunda se sente aniquilada na alienação, percebe nela sua impotência e a realidade de uma existência desumana.” (Marx, *Die heilige familie* in LUKÁCS, 2013 p, 309)

Apesar da ação do capitalista, como atividade do seu próprio poder, esta não deixa de ser objetivada e determinada pelas contradições imanentes do modo de produção capitalista. O aspecto matemático e indutivo de sua atividade evidencia uma abstração contingente de um sistema de leis naturais sociais que se baseia na ausência de consciência dos participantes e encontra sua realidade no fato da ação do capitalista ser uma mera engrenagem de um sistema.

“O desenvolvimento da produção capitalista faz do crescimento contínuo do capital investido numa empresa industrial uma necessidade, e a concorrência impõe a todo capitalista individual as leis imanentes do modo de produção capitalista como leis exteriores obrigatórias.” (LUKÁCS, 2013 p 280)

Essas determinações evidenciam a prática objetivada daqueles que se julgam sujeitos da realidade social, na medida em que é a partir de um método que aplica leis eternas da natureza à razão e aos fenômenos sociais, promovendo com isso uma fragmentação da realidade em elementos que só se relacionam com o todo e com as outras partes de modo justaposto, anistórico e unilateral. Isto leva a um conhecimento fetichista da realidade histórica que não desvende a ordem e a relação dos objetos e fenômenos na produção capitalista: o conhecimento somente na superfície da ideologia da classe dominante, decorrência do caráter fetichista da mercadoria, que, por sua vez, consiste em uma realidade em que as mercadorias aparecem para o sujeito cognitivo com uma “objetividade fantasmagórica” (MARX) para além da sua apreensão meramente sensível, para um entendimento “suprassensível” que nada tem ver com seu caráter de valor de uso.

“Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção das mercadorias.” (MARX, 2013 p 148)

O fetiche da mercadoria esta “objetividade fantasmagórica” esta para a reificação como uma face da mesma moeda, pois, se o fetiche da mercadoria se revela em toda sua objetividade como uma relação social de mercadorias, a reificação se mostra como a inversão em que relações sociais, ou seja, relações entre pessoas aparecem como relações entre coisas.

O método do materialismo histórico dialético é capaz de compreender a realidade em sua totalidade concreta no interior do conjunto histórico a que pertence, na medida em que revela que os elementos indiferenciados e fragmentados da realidade possuem apenas autonomia na ordem de produção capitalista, dessa forma suprime a

ilusão de que esses elementos da realidade social são fenômenos naturais, anistóricos e imutáveis. Além disso, compreendidos em suas inter-relações dialéticas e dinâmicas são capazes de revelar as contradições imanentes do processo de produção capitalista, que o fetiche e a reificação obscurecem, sendo assim e compreendidos dentro de uma totalidade concreta entendida como unidade orgânica, os fenômenos do imediatismo podem ser superados.

“(…) trata-se, portanto, de destacar os fenômenos de sua forma dada como imediata, de encontrar as mediações pelas quais eles podem ser relacionados ao seu núcleo e à sua essência e nela compreendidos; por outro trata-se de compreender o seu caráter e a sua aparência de fenômeno considerada como sua manifestação necessária. Essa forma é necessária em razão de sua essência histórica, do seu desenvolvimento no campo da sociedade capitalista. Essa dupla determinação, esse reconhecimento e essa superação simultânea do ser imediato constitui justamente a relação dialética.” (LUKÁCS, 2013 p 75-76)

Como vimos, a generalização das leis fabris determinadas pelo curso histórico de desenvolvimento da grande indústria efetivou de forma arbitrária a superação sobre as barreiras naturais de obtenção do mais valor estando internamente ligada ao princípio da grande indústria: de dissolver os até então cristalizados processos de produção em elementos constitutivos. Portanto, no intuito de baratear os custos do capitalista, diminuindo o tempo necessário na produção das mercadorias, mantém-se a produção no nível de rentabilidade exigido pela coerção externa da concorrência empresarial. Dessa forma proporciona uma mudança qualitativa nas relações de produção, resultado também do desenvolvimento da moderna ciência tecnológica produtiva.

“(…) por meio da maquinaria, de processos químicos e outros métodos, ela revoluciona continuamente, com a base técnica da produção, as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de trabalho. Desse modo, ela revoluciona de modo igualmente constante a divisão do trabalho no interior da sociedade e não cessa de lançar massas de capital e massas de trabalhadores de um ramo de produção a outro” (MARX, 2013 p 557)

As leis imanentes da autovalorização do capital determinam, na esfera da concorrência entre os capitalistas, a necessidade de aplicação ampliada da moderna tecnologia científica nos modos de produção, pois, na aplicação da ciência e das

inovações tecnológicas sobre as relações de produção surge para o capitalista a oportunidade de baixar os custos, já que a máquina substitui braços e com certo tempo de uso automaticamente se paga, gastando apenas com a sua manutenção. Soma-se a isso a racionalização nos modos de produzir que resulta em, última instância, em uma cooperação complexa de trabalhos simples que na produção das mercadorias realiza pouco tempo de trabalho realmente efetivo. Esta realidade resulta em uma essencial expressão de sociedades regidas pelo modo de produção capitalista: “uma enorme coleção de mercadorias” (MARX)

Entretanto, entendida dentro do processo histórico que a produção capitalista engendra, leva a um ininterrupto processo de revolucionamento nos modos de produzir e nas relações de produção e conseqüentemente leva a situações qualitativamente diversas no bojo da sociedade capitalista. Apesar desta ininterrupta renovação nos modos e nas relações de produção a essência do Capital continua sempre sendo a mesma: a do eterno retorno de si da valorização do valor, mudando apenas as bases de onde deve se subtrair o mais valor produzido pelo trabalho, pois, somente o gasto racionalizado de energia humana “dispêndio de nervo, músculo e cérebro” (MARX) medidos pelo tempo gasto no trabalho pode originar valor e conseqüentemente produzir mais valia. Ou seja:

“A autofinalidade da valorização corresponde a autofinalidade do trabalho abstrato; a infundável acumulação de valor não é senão a acumulação de trabalho morto.” (KURZ , 2015 p 74)

Trabalho morto significa que cada mercadoria acumula tempo de trabalho, ou seja, trabalho abstrato passado, sendo que somente este pode dar valor à mercadoria dando-lhe a condição para a troca no mercado e, sendo assim, meio para obtenção de mais-valia na composição do lucro capitalista. A mercadoria, portanto, possuirá o valor advindo do tempo de trabalho do trabalhador na fábrica e do desgaste da maquinaria utilizada, pois esta, apesar de não possuir a capacidade de produzir valor um dia também foi produzida por trabalho vivo e por isso transfere parte deste valor, na medida em que se desgasta, para a nova mercadoria.

Disso resulta que cada peça ou mercadoria possuirá um valor relativamente menor se comparada com os produtos de trabalhos de um estágio anterior, na evolução técnico-científica do modo de produção, em que o trabalho efetivo durava mais tempo na confecção da mercadoria. Este fato, por sua vez, é determinado pela necessidade do

capitalista produtivo de adquirir rentabilidade e assim manter-se a nível concorrencial o que o leva a investir cada vez mais em máquinas, *modus operandi* e infraestruturas modernas e consequentemente cada vez menos em força de trabalho. Essa contradição é definida por Marx, no terceiro livro de *O Capital*, quando esclarece a sua teoria da queda tendencial da taxa de lucro, demonstrando claramente que na medida em que há a “expansão interna das forças produtivas” (KUKZ), causa e ao mesmo tempo consequência da “dessubstancialização” (KUKZ) das mercadorias, o tempo de trabalho, única fonte de valor, tem assim a tendência de diminuir, levando assim, a uma tendência de redução do lucro médio real e no limite a desvalorização das mercadorias tornando-as invendáveis no mercado. Este “limite interno” (MARX) do capital é compensado e assim evitado temporariamente via expansão do consumo por toda a totalidade do espaço terrestre, por isso a necessidade do Capital de criar sempre novos ramos produtivos e novas necessidades de consumo e/ou a massificação de certos produtos de luxo. Desta forma o dinheiro pode ser investido de forma produtiva e conferir aumento da massa de lucro.

“A expansão é apoiada em certos ciclos de produtos, até que entra em estagnação e empresários inovadores lhe põe um fim com novos produtos para novas necessidades.” (KURZ, 2015 p 108)

Esta compensação obscurece o seu carácter historicamente limitado, dando-lhe a ilusão do eterno retorno da valorização do valor na medida em que há recuperação da produção de forma ampliada: momentos de estagnação e crise que são superadas a partir da criação de novas necessidades e/ou massificados de produtos elitizados, desta forma há novamente a expansão capitalista e pouco importa o conteúdo da produção desde que a forma aparente do eterno retorno da valorização do valor ressurgir das cinzas.

Contudo, esta forma aparente de reprodução do valor encontra o seu maior grau de fetichismo, quando no movimento histórico do capitalismo aparece um novo protagonista: o capitalista financeiro. A atividade deste de emprestar dinheiro “torna-se o motor substituto da mais-valia”, (KUKZ) na medida em que, a partir do desenvolvimento do capital financeiro produtor de juros o que antes era fundo de reserva individual do capitalista comerciante ou industrial e servia de reserva própria no desenvolvimento de sua atividade futura, passa a ser nas mãos do capitalista financeiro, juntamente com os depósitos e poupanças da população em geral, um fundo de reserva

social que este dispõe a qualquer um que possa pagar pelo capital dinheiro. Este desenvolvimento do sistema de crédito acelera a acumulação do capital catalisando todas as relações intermediárias entre os capitalistas e entre estes e os trabalhadores na medida em que intervém na “reversão à forma dinheiro” (MARX) antecipando o momento da reversão na economia real.

Os capitalistas:

“(…) vendem a crédito e, portanto alienam a respectiva mercadoria antes dela reconverter se em dinheiro, antes de ter refluído na forma dinheiro, por outro lado, compram a crédito e assim o valor de suas mercadorias se reconverte em capital produtivo ou em capital mercadoria já antes de esse valor ter se transformado realmente em dinheiro, antes de chegar à data de pagar o preço das mercadorias e de este ser pago” (MARX, 1980 p 581)

Para os banqueiros nas suas relações com os capitalistas tal atividade consiste na mediação, principalmente entre os capitalistas, pois, recebem dinheiro emprestado de uns e empresta a outros. Atividade bastante relevante na medida em que o poder de dispor de todo capital cai diretamente em suas mãos e os capitalistas industriais e comerciantes passam a “se alimentar” nelas, sendo agora aqueles os verdadeiros gerenciantes do Capital estes expandem se em termos absolutos o seu capital, mas desvincula-se da economia real.

“O crédito, torna se um motor substituto da produção de mais-valia. A acumulação alimenta se desde então menos da substancia real do trabalho passado, mas em medida crescente da antecipação de um futuro imaginário. Por meio de uma dívida global sem precedentes e daí a uma crescente bolha financeira, os investimentos e os empregos são financiados sem qualquer base real” (KURZ, 2015 p 109)

Na medida em que toda esta atividade leva cada vez mais a um processo de uma realização do capital fictício expresso na formula D-D', tal atividade de expansão capitalista via mercado financeiro leva a um desenvolvimento máximo da economia real que é ultrapassada em seu limite material das forças produtivas e todo capital que não encontra possibilidade de rentabilidade através da exploração do trabalho, devido à saturação da economia real, desvia-se para os mercados financeiros, onde é capaz de acumular mesmo sem trabalho em um processo de simulação da valorização do capital

através da especulação no sistema crédito e dos mercados acionários leva no limite às “bolhas financeiras” e ao seu rompimento nas crises mundiais.

“A aparência de retornos rápidos e seguros mantêm se por algum tempo após deixarem de ser reais em virtude do crédito que está em funcionamento uma vez que os retornos em crédito representam os verdadeiros” (MARX, 1980 p 517-518)

Entretanto, o caráter aparentemente autônomo do dinheiro no que se refere à sua aparente autovalorização, desvinculada da produção material, encontra nos jogos do mercado financeiro o seu mais alto grau fetichista e tem como limite a necessidade de estar vinculada a economia real. Há, portanto, uma contradição interna entre aparelhamento técnico- racional das forças produtivas e a imanente produção de mais valia, sendo que tal contradição encontra a sua maior expressão na terceira revolução industrial caracterizada pelo desenvolvimento da microeletrônica, tecnologia de informação e globalização dos capitais.

“A terceira revolução industrial é considerada, e não sem razão, a causa de longe mais profunda da nova crise mundial. Pela primeira vez na história do capitalismo os potenciais de racionalização ultrapassam as possibilidades de expansão dos mercados. Na concorrência de crise, o capital desfaz a sua própria ‘substância trabalho’ (Marx). O reverso do desemprego estrutural em massa e do subemprego à escala mundialé, por isso, a fuga do capital monetário para a célebre economia das ‘bolhas financeiras’, uma ves que os investimentos adicionais na economia real deixaram de ser rentáveis.” (KURZ, 2015 p 23)

Não se tratando mais de apenas crises cíclicas em que a desvalorização das mercadorias e do dinheiro encontrava um novo recomeço na produção de mais-valia real, a crise estrutural nasce da dificuldade de reprodução da força de trabalho e consequentemente da produção de valor, já que maquinas substituem os trabalhadores, estamos diante de uma crise insolúvel proveniente da pobreza condicionada pelo desemprego e subemprego que por falta de rentabilidade das massas afeta diretamente o consumo e assim a produção. Esta “dessubstancialização” (Kurz) do capital tem um caráter de crise sistêmica, na medida em que, não somente solapa as bases de produção do valor, atingindo os trabalhadores nas fábricas, mas que também atinge a todos a um

nível social, pois, na sociedade produtora de mercadorias o trabalho abstrato possui um caráter de mediação social.

“Uma sociedade em que a mercadoria é a forma geral do produto e, portanto, valor é a forma geral da riqueza, caracteriza-se por uma forma única de interdependência social – as pessoas não consomem o que produzem, mas produzem e trocam mercadorias para adquirirem outras mercadorias” (POSTONE, 2014p 174)

Este caráter intercambiável da mercadoria, mais especificamente do trabalho abstrato inserido nela, é historicamente constituído a partir do momento em que o próprio trabalho se torna uma mercadoria que, mediada pelo dinheiro, pode ser trocada no mercado por diversos tipos de produtos, ou seja, o trabalho na sociedade capitalista possui uma dupla função: é valor de troca para o produtor que vende e serve como valor de uso para o comprador. Na medida em que é valor de troca, pouco importa ao produtor as suas qualidades particulares desde que seja útil para o comprador e que este troque no mercado o seu tempo de trabalho pelo tempo de trabalho de outro na produção de tal mercadoria. Portanto, o trabalho, na sociedade capitalista, é concreto em sua habilidade de criar valores de uso específicos e é abstrato, na medida em que possui uma função social geral como meio de adquirir bens de outros. Esta função social do trabalho evidenciado pela troca entre os produtores possui, na sociedade produtora de mercadorias, um caráter de mediação social total, na medida em que a própria forma de mediação se torna na forma geral de sociabilidade, ou seja, trabalho abstrato possui a qualidade de ser a forma de totalidade social, homogeneizando assim as relações sociais historicamente constitutivas da sociedade capitalista.

“A mediação é geral não só porque liga todos os produtores, mas também porque seu caráter é geral- abstraído de toda especificidade material bem como de toda particularidade abertamente social. A mediação tem, então, a mesma qualidade geral no nível individual que tem no nível da sociedade como um todo. Visto dessa perspectiva da sociedade como um todo, o trabalho concreto do indivíduo é particular e é parte de um todo qualitativamente heterogêneo; mas como trabalho abstrato, ele é um momento individualizado de uma mediação social geral, qualitativamente homogênea que constitui uma totalidade social.” (POSTONE, 2014 p 178-179)

A função historicamente determinada do trabalho como mediação social na sociedade capitalista resulta em uma dominação social que aparece de maneira objetiva e impessoal, naturalizada na forma de uma necessidade social que compeli os indivíduos a troca de mercadorias e ao trabalho, na medida em que, a própria sobrevivência destes depende disso, pois, todos os meios de reprodução da vida estão apartados do trabalhador e unificados na forma de mediação social engendrada a partir do trabalho abstrato que materializa se na forma mercadoria, mais especificamente na forma abstrata do dinheiro, que é a maneira quantitativa de expressão do valor objetivado do trabalho abstrato, e sendo assim a mediação social universal da sociedade capitalista.

“Marx desenvolve as categorias do dinheiro e do capital. Nesse processo ele mostra que a forma mediada pelo trabalho das relações sociais características do capitalismo não constituem simplesmente em uma matriz social em que os indivíduos se localizam e se relacionam uns com os outros; pelo contrario a mediação, inicialmente analisada como meio (de adquirir produtos de outros) adquire vida própria independente, por assim dizer, dos indivíduos que media. Ela se desenvolve em um tipo de sistema objetivo acima dos indivíduos e contra eles, e cada vez mais determina os objetivos e meios da atividade humana.” (POSTONE, 2014 p 185).

O caráter objetivado da sociedade se mostra no fato de vivermos em um automatismo representado pelas rotinas em que o tempo é medido naquela forma do trabalho abstrato: se opondo sobre o individuo em uma coerção naturalizada em tempo abstrato (horas, minutos e segundos) que já não tem relação alguma com a atividade humana, a não ser aquela do trabalho abstrato, e muito menos com a duração do dia ou da noite, como alguns podem imaginar que seja dado a sua pretensa relação astronômica. Tais formas de medição variável do tempo eram comuns em sociedades pré-capitalistas onde a forma do trabalho abstrato era inexistente ou aparecia apenas de forma marginal. Somente, sob a forma do espaço funcional capitalista surge o tempo totalmente dissociado dos eventos humanos, um tempo abstrato: indeterminado, homogêneo, abrangente de horas invariáveis e constantes relacionado com a organização social moderna. Seu surgimento esta vinculado ao processo de mediação social geral que o conceito de trabalho abstrato representa na sociedade produtora de mercadorias. É um tempo objetivo que visa moldar a atividade humana extrapolando a restrita forma de dominação empresarial, de tempo despendido na produção, na medida em que abrange toda a sociedade.

“(...) como resultado da mediação social geral, o dispêndio de tempo de trabalho é transformado em uma norma temporal que não apenas é abstraída de, mas também se sobrepõe a ação individual e a determina. Tal como o trabalho é transformado da ação de indivíduos em princípio geral alienado da totalidade a qual estes são submetidos, o dispêndio de tempo é transformado de um resultado da atividade em uma medida normativa para a atividade”. (POSTONE, 2014 p 248).

Com o desenvolvimento da dominação burguesa e a consequente racionalização dos meios de produção emerge historicamente um tempo objetivo e concreto relacionado ao movimento do trabalho como custo, mas que, apesar deste tempo abstrato servir a interesses particularistas da burguesia ele expressa uma forma de dominação sem sujeito, pois, possui uma forma abstrata de obrigatoriedade abrangente a toda sociedade e a todas as atividades humanas, não somente restrita ao tempo de trabalho socialmente necessário na composição do lucro capitalista.

A necessidade do sistema capitalista de buscar sempre a valorização do valor forjou ao longo de sua história, como observamos anteriormente, diferentes espaços funcionais, marcados pela alienação como *modus operandi* geral. É na contemporaneidade que tais *espaços funcionais da economia empresarial* (KURZ) produzem o seu mais alto grau de alienação e extensão, abarcando agora não somente o trabalho dentro das fábricas e instituições disciplinares, mas, toda a plenitude da vida que se encontra subordinada a uma forma de produção desvinculada de todas as necessidades da vida, em que todo o tempo de vida passa a ser vinculado ao tempo de trabalho abstrato.

“... é a forma de tempo do descomedimento, isto é, um tempo ilimitado indefinido, a nada ligado (dimensão astronômica serve apenas de medida exterior e arbitrária); um tempo contínuo infinito, que apenas serve a pretensão desmedida do ‘sujeito automático’, de uma incorporação infinita de energia humana abstrata, despendida na medida de unidades de tempo igualmente abstratas (segundos, minutos, horas de trabalho desvinculadas de qualquer conteúdo), ou seja , a transformação de todo o tempo de vida em tempo de trabalho.” (KURZ, 2004)

Portanto, juntando todos os conceitos que ao longo da análise e do tempo histórico foram evoluindo e acoplando no espaço funcional da economia empresarial determinado pelo conteúdo e evolução do processo de produção, na cega e infundável

busca pela valorização do valor, chegamos ao conceito que melhor trata tal espaço em crise: o *espaço-tempo abstrato da economia empresarial* (KURZ) desvinculada da vida. Entretanto, é importante ressaltar o caráter global de tal crise determinando o conceito de globalização como uma “*racionalização transnacional*” (KURZ), ou seja, o limite histórico que já vem se delineando e que encontramos na maturidade do século XX, começou a partir dos anos de 1980, e se expressa principalmente pela enorme concentração de capitais que a cada crise rompida torna se mais dramático, a partir disso, a racionalização global fica por conta dos conglomerados empresariais globais deixando o Estado com uma funcionalidade de administração da crise. Ou seja, as empresas globais monopolistas poderão se instalar em qualquer parte do mundo, já que a sua produção automatizada permite que eles se emancipem das necessidades de força de trabalho que antes eram de suma importância nas formas de territorialização do capital. Por sua vez, a concorrência empresarial acirra-se exigindo um nível de rentabilidade cada vez maior na concorrência mundial, o que leva a uma dificuldade imensa para empresas novas entrarem no mercado global, sendo que tal empreitada exige cada vez mais um vulto enorme de investimento na racionalização da produção. Dessa forma, fica inviável qualquer racionalização ou pretensão de racionalizar as economias nacionais, dado estarem submetidas aos mandamentos dessa economia global será eles, os territórios nacionais, submetidos a uma racionalização empresarial a nível mundial.

“Nas regiões periféricas do mercado mundial, na zona de socialismo de Estado e do ‘desenvolvimento retardatário’ do Sul, tal situação já conduziu a derrocada social, precisamente porque a microeletrônica não pôde ser aplicada com êxito por falta de força de capital e por isso a respectiva produção caiu a baixo do *standart* de produtividade mundial (tornando se, portanto, não rentável e deixando de ter capacidade de concorrência).” (KURZ, 2014 p 78)

É, portanto, sobre esta constatação que é possível observar a estrutura da divisão internacional do trabalho, principalmente as relações entre centro e periferia no sistema mundial produtor de mercadorias, pois, dado que o mundo da produção material, única fonte de produção de valor, concentra se cada vez mais e se automatiza, sobra ao resto das economias nacionais da periferia, que ainda possuem algum vínculo com o centro, a função de dar condição a realização do valor, ou seja, cada vez mais nas periferias do

mundo e até nas periferias das metrópoles uma nova forma de relação baseada na contratação de dívidas terá a função de manter as já quase secas “artérias” de transferência de valor no sentido de privilegiar os centros capitalistas.

“Assim as sociedades pós-catastróficas de perdedores podem transferir por muito tempo restos de valor barateando seus produtos no mercado mundial, para atenderem com o resultado a suas dívidas. Mas essa fonte vai secando à medida que o definhamento ultrapassa os limites do possível e que avança a desindustrialização” (KURZ1993p192)

O que podemos apreender é que o capital na sua busca insaciável por mais-valia paradoxalmente destrói as suas próprias bases de valorização, na medida em que, torna o trabalho humano como algo supérfluo na produção das mercadorias, necessita dessa forma, para manter a sua infindável reprodução ampliada, de uma sempre crescente expansão do consumo para toda a superfície terrestre, essas são as condições para a realização do valor, ou seja, a venda das mercadorias. Contraditoriamente a isso, portanto, esta o consumo das massas que se vê cada vez mais restringido pelo desemprego e/ou subemprego, pois a automatização da indústria retira dos mais pobres as possibilidades de reprodução de sua força de trabalho baixando o limite para sua subsistência. Entretanto, a expansão dos mercados, a corrida ao crédito do consumo e o barateamento das mercadorias são as armas concretas que o mercado tem atualmente em prol de sua valorização. Mas, que com a crise do trabalho tal expansão se põe também em crise, pois, a sociabilidade contemporânea continua mediada pelo trabalho abstrato que, por sua vez, se torna cada vez mais supérfluo na produção e ao mesmo tempo imprescindível na sociedade, pois é ele, considerado um princípio ético na sociedade produtora de mercadorias.

“Sem dúvida, o princípio protestante do esforço abstrato e desvinculado dos conteúdos sensíveis não é apenas um princípio ético, uma vez que sua ética específica provém daquele conjunto de formas sociais em que o trabalho se transforma numa atividade que traz em si sua própria finalidade, e a sociedade, numa máquina destinada ao dispêndio de força de trabalho” (KURZ, 1993, p 21)

As escolas

Voltando ao tema sobre as primeiras regulações jurídicas ao trabalho nas sociedades modernas, uma das cláusulas mais controversas das leis fabris é a que inseri obrigatoriedade do trabalho infantil ser conjugado com educação escolar primária.

Segundo esta cláusula educacional institui-se a obrigatoriedade que crianças empregadas e abaixo dos 14 anos de idade devam dividir o seu dia entre tarefas na escola primária e na fábrica. Elas precisavam estar pelo menos três horas diárias na escola, sob responsabilidade do patrão que era quem garantiria o cumprimento da lei, recebendo semanalmente um certificado assinado pelo professor das crianças que comprovasse a presença destas na escola.

“A devastação intelectual, artificialmente produzida pela transformação de seres humanos imaturos em meras máquinas de fabricação de valor (...) acabou por obrigar até o parlamento Inglês a fazer do ensino elementar a condição legal para o uso ‘produtivo’ de crianças menores de 14 anos em todas as indústrias sujeitas as leis fabris.” (MARX, 2013, p473).

Uma análise mais acurada sobre a questão foi feita por Friedrich Engels em seu livro A situação da classe trabalhadora na Inglaterra, onde a partir da *Children's Employment Report*, também utilizado na apreciação de Marx, ele demonstra entre outras coisas o caráter das escolas públicas da época:

“As poucas escolas que funcionam durante a semana para os trabalhadores só podem ser frequentadas por uma minoria e, além do mais são péssimas: grande parte dos professores (operários que já não podem trabalhar e pessoas ineptas, que só se dedicam ao ensino para sobreviver) não possui os mais rudimentares conhecimentos, não dispõem da formação moral necessária ao educador e, ademais as escolas não estão sujeitas a qualquer controle público (...) Não existe em parte alguma, a instrução obrigatória; esta foi introduzida apenas formalmente nas fábricas como veremos, e quando o governo, na sessão legislativa de 1843, pretendeu fazer dessa formalidade uma realidade, a burguesia industrial manifestou-se vigorosamente contra. (...)” (ENGELS, 2010, p 150)

No momento histórico que se encontram as forças produtivas de uma reprodução ampliada balizada ainda na iniciativa de sujeitos empreendedores não necessitava esta de uma massa de trabalhadores culturalmente e nem tecnicamente evoluídas, muito pelo contrário, pois é imprescindível também a ignorância da classe operaria que não possuía alternativa de adquirir os meios de subsistência necessários e assim são obrigados a se submeterem a intensificação da exploração do trabalho nas fábricas. No entanto, é neste momento histórico da implementação das leis fabris de 1844 e 1850 que ocorrem os primeiros esforços políticos na construção da conjugação educação e trabalho na sociedade moderna materializado em dois espaços que se relacionam: a escola e a fábrica. Logo após a produção manufatureira moderna através da cooperação simples ter extinguido as atividades artesanais destruindo as em partes constitutivas de simples manuseio atividades que antes eram completas e necessitava de um aprendizado laborioso ensinado pelo mestre artesão ao seu aprendiz na oficina, nota se que o ensino de qualquer espécie seja técnico, moral ou instrutivo da classe operária era desnecessário naquele momento histórico da evolução das forças produtivas como demonstra Engels:

“A burguesia inglesa é tão estúpida, tão grosseira e tão limitada pelo seu egoísmo que nem sequer se dá o trabalho de inculcar nos operários a moral moderna que ela mesmo criou em seu interesse e para sua própria defesa! Até mesmo a tutela de seus próprios interesses parece fatigante a esta burguesia preguiçosa e cada vez mais indolente, até isso lhe parece supérfluo. Chegará um tempo, sem dúvida, em que ela se arrependerá de sua negligência- mas já será tarde. O que ela não pode, todavia, é lamentar se os operários ignoram essa moral e não a seguem.” (ENGELS, 2010, p 154)

Podemos aferir, portanto, que apesar da criação das primeiras escolas-fábricas, para a classe dominante a escola obrigatória sozinha no âmbito das leis fabris tinha pouco ou nenhuma importância estrutural, sendo importante apenas no sentido daquela generalização do *modus operandi* moderno: na eliminação da exploração extensiva das crianças abaixo de 14 anos, já que durante 3 horas do dia tinham que estar na escola e postulado como lei um máximo de horas que poderiam trabalhar, estas se viam livres da exploração extensiva de antes.

O que sem duvida foi de máxima importância para o desenvolvimento capitalista foi à expansão da tecnologia nos meios produtivos possibilitando assim a superação das

barreiras naturais do corpo humano e da duração do dia e consequentemente as barreiras da valorização do valor através da agora ilimitada mais valia relativa no âmbito da reprodução ampliada.

No entanto, cada vez mais as contradições internas se acirram resultando na coerção externa da competição que atinge todos os capitalistas, a saída encontrada é o controle cada vez maior do trabalho e o aumento da intensidade produtiva: com o incremento cada vez maior de sempre renovadas e eficientes máquinas que entram no jogo da produção de mais produto, o trabalhador, fonte única do valor, se vê diante de uma atividade controlada por máquinas cada vez mais complexas que ele só as manuseia de forma alienada, mas que necessitará de treinamento e certo nível de instrução, o que mudará a cena e colocará a necessidade de treinamento da classe trabalhadora nas prioridades do Estado burguês.

Marx atenta em *Trabalho Assalariado e Capital*, de 1847 para este tipo de formação de trabalhadores que começa a se esboçar a partir do aperfeiçoamento tecnológico na inserção da ciência no processo produtivo.

“O real sentido da instrução para os economistas filantropos é o seguinte: ensinar a cada operário o maior número possível de ramos industriais, de tal modo que, se ele for expulso de um ramo pela introdução de uma nova máquina ou por uma modificação na divisão de trabalho, possa se empregar em outro lugar o mais facilmente possível” (Marx, apud Nogueira, 1990, p. 116-7).

Porém, como é de imaginar estas escolas técnicas não é para o trabalhador a oportunidade de superar a sua forma alienada e ensinam somente atividades parciais que serão contempladas no trabalho na fábrica e o que se espera realmente é aquela ideia já esboçada anteriormente: o ensino de diversos ramos industriais no intuito de estes trabalhadores poderem ser realocados em diversas atividades, a mercê das contingências da valorização do valor.

Dois fatores são de extrema importância aqui: a atividade do Estado como mediador na reprodução das condições de produção na sociedade capitalista, antes mesmo evidenciadas pela acumulação primitiva em que a violência do Estado fora imprescindível na produção de um proletariado livre dos meios e ferramentas de produção, submetidos agora as contingências diretas do Capital de formas específicas de produção no contexto da revolução industrial “a transformação da população em uma

massa homogênea de material de valorização do trabalho abstrato” (A substancia do capital, KURZ). O segundo aspecto é a introdução cada vez mais ampliada das ciências naturais nos processos de produção que, a semelhança do que houve com o Estado e com os seres humanos, torna-se subordinada à produção capitalista.

Essas duas realidades seguem na esteira do movimento histórico capitalista e o desenvolvimento cada vez mais crítico das contradições internas culminarão na constituição de um espaço funcional voltado para o controle cada vez maior das pessoas e de seus processos de vida e espontaneidade voltando os unicamente para o desenvolvimento do trabalho abstrato e sendo assim para a constituição do valor e consequentemente do mais valor.

“O homem moderno encontra o espaço regido pela economia empresarial como uma forma acabada, cujo caráter desvinculado sente, mas já não sabe dominar. É o espaço em que, como diz o jovem Marx, ‘ não está consigo, mas fora de si’; e não é no sentido exterior e jurídico do conceito de propriedade, mas pela funcionalidade específica deste espaço para o processo de constituição e valor (KURZ, 2004)

Tal espaço funcional desvinculado da vida encontra a sua gênese na história do disciplinamento dos Homens em um processo de internalização do poder no íntimo de cada indivíduo assim como demonstra os escritos de Michel Foucault. Em sua apreciação na busca pela genealogia do poder Michel Foucault fez uma diferenciação social importante: a do poder de Soberania e do que ele chama de Biopoder, essa diferenciação consiste em dizer que no poder do Soberano, séculos XVI e anteriores, tinha ele o poder de morte sobre os seus súditos, no entanto viu-se uma transformação deste poder que passa agora a sobrepor o anterior e paulatinamente substitui-lo. Por volta dos séculos XVII e XVIII emergiram-se técnicas de poder centradas no corpo e na vida dos indivíduos no intuito de treiná-los e transformá-los em algo mais útil ao poder. Esta é a emergência das instituições de sequestro disciplinares onde buscavam uma conformidade desses corpos junto à disciplina conveniente ao poder em questão, eram dentre outros: hospitais psiquiátricos, hospitais, conventos, prisões, ambientes militares e escolas. Portanto, este ponto de vista demonstra que a escola como espaço disciplinar tem o papel na sociedade de moldar os corpos, vigiando, treinando e eventualmente os punindo de forma exemplar, ou seja, educativa.

A partir deste fenômeno de instituições disciplinares que as novas tecnologias irão se arquitetar: a observação analítica, os estudos de pesquisas e as experimentações irão trazer a possibilidade de um controle para além dos muros institucionais, com o surgimento de uma verdadeira ciência da população. Esta possibilidade se efetiva a partir de uma técnica de estatísticas e documentação dos mais íntimos processos individuais à ciência demográfica das taxas de fecundidade, mortalidade, longevidade que constituirão como os primeiros objetos de saber para o efetivo controle populacional, a partir de uma tecnologia de poder chamada pelo autor de Biopoder. É a partir desta realidade que iremos ver emergir as sociedades normativas, onde o poder de subjetivação das linguagens psicológicas, disseminadas em todas as redes sociais, irá possibilitar uma ascensão do governo do eu em que os próprios indivíduos irão subordinar se politicamente sem resistência através de práticas de auto escrutínio, autoavaliação e autoregulação.

“Desenvolvimento rápido, no decorrer da época clássica, das disciplinas diversas – escolas, colégios, casernas, ateliês; aparecimento, também, no terreno das práticas políticas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração; explosão dos corpos e o controle das populações. Abre-se, assim, a era de um biopoder. As duas direções em que se desenvolve ainda aparecem nitidamente separadas, no século XVIII. Do lado da disciplina as instituições como o Exército ou a escola; as reflexões sobre a tática, a aprendizagem, a educação e sobre a ordem da sociedade; (...). Do lado das regulações da população a demografia, a estimativa da relação entre recursos e habitantes, a tabulação das riquezas e de sua circulação, das vidas com sua duração provável” (FOUCAULT, 2008, p. 131).

Esta nova ciência comprometida com o poder irá se diferenciar dos mecanismos anteriores de disciplina na medida em que não mais somente buscará a efetivação do poder sobre o indivíduo buscando enquadrá-lo, mas agora este biopoder irá intervir no nível do que são as determinações dos fenômenos gerais, a partir de mecanismos de previsões, estimativas estatísticas e medições globais prioriza se a regulamentação das populações. Regulamentação esta que se da no âmbito do íntimo, mas que se diferencia por não ser mais somente uma técnica de treinamento individual busca-se desta forma uma regulação global que, no entanto é capaz de subjetivar-se individualmente criando saberes que irão trazer à população as significações desejadas de um poder homogeneizador.

É, portanto o papel desta tecnologia, centrada na vida, a criação de significações e a transformação do modo de vida das populações. É nesta esfera que a escolarização do mundo, a partir dos ditames da cultura ocidental, irá efetivar-se na construção de uma homogeneidade cultural transformando as populações em massas vivas e manipuláveis. Sendo assim a escola, (como a medicina, a indústria farmacêutica, a mídia, as religiões,...) será no domínio imperialista uma ferramenta de controle da vida, de subjetivação, de criação e manipulação de massas, tudo que é do indivíduo ou das tradições do conhecimento empírico é o alvo deste biopoder que irá regulamentar não somente os espaços, mas também a mente de cada indivíduo, a partir de normatizações que irão ditar a atuação de cada grupo e sujeito no mundo.

Do ponto de vista deste trabalho é essencial ressaltar a importância dos estudos analíticos de Michel Foucault no que trata a genealogia dos espaços funcionais escolares e a sua importante superação teórica das antigas teorias subjetivas do sujeito-poder iluminista da dominação.

“A ideia de que existe um poder, em um determinado lugar, ou emanado de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado” (FOUCAULT, 2004, p. 248).

A superação do autor se dá a partir da consciência de um poder sem sujeito determinado e conseqüentemente de um conceito de dominação sem sujeito, que, no entanto, não exclui a vontade do sujeito dentro de certo condicionamento:

“A vontade é ao mesmo tempo um camarada perdido que ao exprimir-se, só pode executar funções da estrutura, quer esta seja ou não a sua vontade. Da mesma maneira que a vontade, expressa em desejos, está por toda parte, assim também o poder está por toda parte como estrutura sem sujeito, em cujas formas pode expressar-se exclusivamente a vontade” (KURZ, 2000)

Entretanto sob a perspectiva desta análise tal superação do sujeito ontologizado do poder levou Foucault a ontologizar o próprio conceito de poder. Na medida em que, entende o poder como algo indeterminado não entende a dominação moderna como

determinada por uma consciência condicionada inconscientemente e historicamente determinada.

“(...) para a ontologia do poder de Foucault, por exemplo, a produtividade do poder consiste justamente em que ele não representa qualquer relação de repressão externa, mas inclui a vontade e as externalizações de todos os participantes num processo de mutação permanente. Há, portanto em comum aos combatentes, o fluído do poder a eles extensivo, que, no entanto permanece como tal indeterminado e ontológico (...)” (KURZ, 2014)

Dessa forma Foucault não entra no fundamento que pode revelar o beco sem saída do estruturalismo e dos sistemas em que todas as funções estão escritas nas formas que possuem uma estrutura ontológica, determinando assim uma quebra da práxis revolucionária, na medida em que, essas teorias veem as práticas como inserida, e somente assim, no todo determinante do sistema produtor de mercadorias, colocando os indivíduos socializados pela forma mercadoria na posição de simples “marionetes” isentando-os de responsabilidades, pois, somente praticam funções do sistema determinadas a priori e externamente.

“O conceito final alcançado de dominação sem sujeito, por ser idêntico a morte do sujeito em geral destrói também o adversário hipotético da dominação, o contra-sujeito emancipatório. A ideia de dominação sem sujeito é portanto forçosamente idêntica à separação definitiva entre teoria e práxis.” (KURKZ, 2000)

Portanto, é somente a análise que nega todo o tipo de ontologização (do Homem, no marxismo tradicional apriorístico e iluminista, da estrutura, no estruturalismo e na teoria dos sistemas e do poder no pós-estruturalismo ou pós- modernismo de Michel Foucault). Sendo importante compreender que o esclarecimento da realidade deve passar pelo prisma da história que, por sua vez, nos leva a um entendimento nada glorioso do movimento histórico humano “*que une a pré-modernidade e a modernidade burguesa no continuum da pré história da humanidade* (MARX), *sendo que só para além dela começa a verdadeira história do homem*” (KUKZ, Dominação sem sujeito). Portanto a forma fetiche desde os primórdios da pré história humana avançou as eras e mudou de forma para alcançar a ultima e mais elevada forma de fetiche: o da mercadoria, na etapa final da pré-história humana.

Tal relação fetichista na modernidade tem a sua constituição no processo de superação do homem biológico para o homem social, pois, aquele vivia envolto de uma natureza que possuía uma essência estranha a ele e que o contrapunha em um sistema natural de primeira ordem, e para se libertar como condição de possibilidade, surgiu o homem social desvencilhado dos instintos animais, porém, com uma necessária alienação diante de uma segunda ordem análoga a primeira, ou seja, uma segunda natureza.

“Assim, o homem opõe-se à primeira natureza como sujeito, mas ele só é capaz disso como homem, ou seja, como ser social. Como este ser social, porém, ele é constituído na ausência de sujeito, justamente como condição de segunda ordem sem sujeito. Isso quer dizer apenas que o homem não se criou diretamente como sujeito social nem foi criado por um deus-sujeito. Ele surge como sujeito em face da primeira natureza, mas necessariamente não sabe quem é; só sabe e tem consciência do que se tornou, isto é, um ser ou organismo de segunda ordem.” (KUKZ, 2000).

Surge juntamente com o homem social um sistema que coloca todas as categorias como luta de classes e propriedade privada, que antes, nas análises apriorísticas do sujeito iluminista, pretendiam explicar a sociedade capitalista, são postas aqui como categorias internas inferiores hierarquicamente na construção sem sujeito do fetiche e suas formas de códigos e leis funcionais. Pois, a forma mercadoria é a forma social que transversalmente alcança todas as classes e indivíduos socializados na modernidade. É a última e mais elevada forma-fetiche da “pré-história humana” (MARX) e constitui-se como uma subjetividade sistêmica e abrangente por todo o espaço do sistema mundial.

O entendimento histórico das relações humanas em consideração às estruturas de dominação sem sujeito leva a teoria crítica há um patamar de possibilidades emancipatórias. Ainda que possivelmente de forma negativa de colapso, na medida em que os seres humanos mantêm-se sob a égide das determinações fetichistas e organizam suas vidas no auto movimento das contraditórias categorias capitalistas.

“O ‘sujeito automático’ não é outra coisa senão o auto movimento das categorias reais capitalistas, que foram criadas pelos seres humanos inconscientemente e que se movimentam de modo autonomizado precisamente porque os indivíduos realizam sua vida nessas categorias, já não querem imaginar outra coisa para si e buscam a todo

custo a sua felicidade em corresponderem às exigências produzidas por esta matrix” (KURZ, 2004).

O desenvolvimento histórico cada vez mais acirrado das contradições capitalistas carrega a tendência a uma dessubstancialização do valor e a um colapso real, por exemplo, o colapso ecológico. Entretanto, tal determinação autodestrutiva do sistema capitalista moderno não será necessariamente acompanhada por um processo de emancipação do homem e nem vice versa: a emancipação poderá vir antes que se colapse todo o sistema.

“A emancipação só pode ser consciente; crise e colapso pelo contrário, de acordo com o seu conceito, só podem acontecer em um processo inconsciente de desenvolvimentos objetivados e nada tem a ver imediatamente com o agir consciente. Daí que o capitalismo pode colapsar sem que os seres humanos se emancipem. O resultado seria o auto-aniquilamento da humanidade ou a queda na barbárie, como Marx assinalou metaforicamente esta alternativa (KURZ, 2004)

O sistema Capitalista e as suas estruturas contraditórias expõem brechas que possibilitam uma conscientização que, por sua vez, são essenciais na superação de práticas opressoras e oprimidas do “sujeito automático”. É o que se observa em alguns movimentos sociais que buscam, ainda que dentro da lógica fetichista, uma emancipação da consciência, para além de sujeitos “marionetes”, por exemplo, a luta feminista ou racial que faz a crítica a certas práticas opressoras naturalizadas na sociedade e exprimem uma descrição do que é o caráter essencial de dissociação sexual e racial do espaço funcional da economia empresarial reunido ao trabalho abstrato e o privilégio inscrito na matrix da segunda natureza aos indivíduos estabelecidos na forma do Homem Branco e heterossexual. No entanto, tal definição perde seu poder revolucionário no momento em que não se observa o seu caráter estrutural dando preferência a uma falsa visão histórica e empírica com tendências ao desaparecimento.

“O fato de as mulheres e receberem sistematicamente salários piores, chegarem à posição de chefias apenas em caos extremamente raros, terem de dar muito mais rendimento que os homens para serem reconhecidas, etc..., todos esses fatos, que em média ainda hoje se verificam, não podem ser remetidos para os planos das manifestações históricas e empíricas, nem porventura declarados como meros resquícios de relações pré modernas, ou como seu regresso meramente

subjetivo e regressivo, mas são expressão da relação de dissociação, como marca essencial do próprio trabalho abstrato e do seu espaço funcional da economia empresarial” (KURZ, 2004)

Diante da possibilidade de um colapso ecológico surgem teorias que almejam (ou dizem almejar) um desenvolvimento sustentável com uma conduta organizada de acordo com as necessidades materiais e sensíveis dos seres humanos, numa tentativa de intervenção na natureza e sociedade diferente daquela forma de rentabilidade conhecida, voltada mais para uma realização das necessidades humanas de conteúdo sensível. Assim é reconhecido o projeto *Zeitgeist* que possui no documentário *Zeitgeist Addendum* a principal obra crítica, em que veirifica-se, entre outras coisas, a teoria que explica a sociedade capitalista como gerida por uma lógica de escassez e que a superação se daria pela mudança nas formas de utilização da ciência privilegiando as necessidades vitais dos humanos ao invés dos imperativos da valorização do valor.

“Em um nível diferente, quase paradoxalmente, as mesmas coisas que têm ajudado a sociedade a aumentar o seu nível de vida, ciência e tecnologia, estão também impulsionando a sua crescente vulnerabilidade em direção à destruição. Enquanto a ciência pode, por um lado, iluminar os alinhamentos naturais aos quais nós, como uma espécie precisamos aderir para encontrarmos o equilíbrio com o habitat e uns com os outros, ela também pode ser usada localmente e de forma restrita, dentro do contexto da distorcida estrutura de incentivos que o mercado perpetua, para criar e acelerar consequências destrutivas e desumanas. A bomba atômica é um extremo dessa realidade. Nossa capacidade aumentada e de alta tecnologia para destruir a biodiversidade de forma mais eficiente, sobreutilizar nossos recursos e poluir, é outra. (MOVIMENTO ZEITGEIST:UMA NOVA FORMA DE PENSAR)

Mas, tais movimentos encontram uma enorme dificuldade de prática, dado que não se superou a forma geral de consciência fetichista que, por sua vez, dissocia teoria e prática na medida em que reflete para todos os indivíduos socializados na forma inconsciente do fetiche da valorização do valor a submissão às funções do “*sujeito automático*” (MARX).

“Muito se especulou sobre a forma almejada de uma sociedade solidária, “justa”, etc. para além do capitalismo; todas as tentativas, porém, reproduziram de algum modo a universalidade abstrata da forma mercadoria, seja como relações de troca e produção

“empresariais” ou análogas ao mercado – relações estas pensadas como “naturais” – seja explicitamente como produção alternativa (ou alternativamente regulada) de mercadorias.” (KUKZ, 2000)

Portanto a consciência revolucionária só poderá ter uma verdadeira práxis emancipatória quando for superada a forma inconsciente da segunda natureza, sendo imprescindível uma crítica radical que não seja ontológica e sim Histórica para a superação do “sujeito automático” e a criação do Homem emancipado de todas as formas de Fetiche.

“Mas o sujeito a priori (ou seja, constituído inconscientemente) a ser descartado é o sujeito em geral. Se o sujeito for desmascarado como um ator inconsciente de sua própria forma e que, na tarefa de por o mundo externo como objeto, objetiva se a si mesmo e define-se estruturalmente como “masculino” e “branco”, então a consciência da ação e percepção para além da segunda natureza não pode mais tomar a forma da subjetividade no sentido atual, perdendo assim sua conotação positiva e enfática. A metaconsciência para além da segunda natureza não é mais uma subjetividade”(KURZ, 2000)

A crise da escola e do trabalho.

Sob o contexto da terceira revolução industrial mais exatamente a crise da dessubstancialização do capital referente à crise do trabalho a escola como espaço funcional vinculada a um espaço empresarial em crescente obsolescência encontra se também em crise.

“Por um lado, na penúria da crise de acumulação e financeira, a lógica do espaço funcional da economia empresarial, em tempos desvinculado, vai se impondo a todas as esferas dele derivadas da reprodução social: a política, a cultura, a saúde, a educação, etc. perdem sua própria lógica e são tratadas segundo os critérios de funcionalidade próprios economia empresarial, ou seja, são submetidos diretamente à lógica do trabalho abstrato, o que até a data apenas acontecia indiretamente e em formas derivadas.” (KUKZ,2004)

A educação como condição de reprodução social muda de especificidade dentro do sistema capitalista em crise, na medida em que o próprio Estado deixa de ser apenas “o mecanismo de tratamento político do capitalismo” (KURZ) para se tornar também no próprio *espaço-tempo abstrato da economia empresarial* (KURZ). Entretanto, não podemos cair na falácia neoliberal de um Estado mínimo, a não ser no fato de que certas áreas estarem paulatinamente deixando de ser diretamente ligadas ao sistema público para se transformarem no espaço abstrato da economia empresarial. De uma forma geral as atribuições políticas do Estado tendem a aumentar, na medida em que cresce o processo de valorização abstrata do mundo, pois, trata-se de uma contradição interna do sistema: Estado e mercado, política e economia são polos opostos, que inseridos na totalidade abstrata do sistema produtor de mercadorias nunca poderão existir exclusivamente um sem o outro, já que, quanto mais a economia de mercado aumenta o seu espaço na reprodução da vida tanto mais se faz presente o Estado e todas as suas ações de fornecer as condições necessárias para a valorização do valor na forma da sociedade contemporânea.

“Trata-se, aqui, da contradição interna do próprio sistema moderno de produção de mercadorias, que se reproduz em níveis cada vez mais elevados: quanto mais total for o mercado, tanto mais total será o Estado; quanto maior a economia de mercadorias e de dinheiro, tanto maiores serão os custos anteriores, os custos secundários e os custos subsequentes do sistema e tanto maior serão também a atividade e a demanda financeira do Estado.” (KURZ, 1995.)

Na sociedade do trabalho abstrato vale aquele velho princípio: “socialização das perdas e privatização dos lucros” basicamente é neste princípio e dentro da forma abstrata do dinheiro: impostos, dívidas contraídas ou lucros de empresas estatais, que o Estado se financia, e assim se insere a funcionalidade do Estado no sistema. O que coloca a esfera econômica hierarquicamente a cima da esfera política, na medida em que, a própria política é condicionada pelas relações capitalistas da valorização do valor.

“Na medida em que o Estado se torna ele próprio um capitalista gerindo empresas lucrativas ou associando-se às grandes firmas multinacionais, ou servindo de sustentação de realização do valor produzido nesta, ou seja, na medida em que o próprio Estado entra na lógica da centralização, passa a utilizar o tesouro público, a tributação para financiar esta centralização. Entende-se por aí que os investimentos dos recursos públicos irão ter uma destinação cada vez mais particular – garantir a centralização. Drena-se, desta forma, os recursos das áreas sociais – saúde, educação, moradia ou as arrecadações de PIS e FGTS, e impostos para os setores produtivos, ou investe-se nestes setores, em programas cuja aderência ou cuja mediação com a produção seja mais imediato.” (FRIGOTTO, 1984, p 99).

Caberá ao Estado gerir sobre as necessidades secundárias improdutivas do sistema, que não deixam de ser importantes na reprodução social, mas são a princípio improdutivas do ponto de vista lucrativo do mercado.

Neste contexto de um Estado e política circunscritos na forma das relações sociais objetivadas do capitalismo que o espaço escolar evolui. A antiga e conhecida funcionalidade que surgiu nos primórdios do capitalismo de um espaço disciplinar que possuía dentro do sistema a prioridade de produzir trabalhadores para as fábricas entra em crise devido à própria crise do trabalho e paulatinamente passa a dividir as suas

funções com um espaço de apropriação da mais-valia global e um espaço voltado cada vez mais para o controle das pessoas, em uma decadente administração de crise.

“Não o mercado, mas tão somente o Estado, podia assumir essa tarefa, pois a economia de mercado, enquanto tal, não tem nenhuma sensibilidade e nenhum órgão para as etapas da vida humana, que são expulsas para fora do processo incessante de transformação do trabalho em dinheiro, ou que não podem, por sua própria natureza, coincidir com este processo.” (KURZ, 1995)

Sob outra perspectiva metodológica que não a da dissociação do valor Hannah Arendt em seu artigo “crise da educação” fez uma importante relação vinculando aspectos da crise da modernidade com a crise na educação, com foco no ensino público Estadunidense:

“Em toda crise, é destruída uma parte do mundo, alguma coisa comum a todos nós. A falência do bom senso aponta, como uma vara mágica, o lugar em que ocorreu esse desmoronamento” (ARENDT, 2014, p 227).

Para a autora o fato de este país ser o mais “avançado” e moderno do mundo faz com que ali a crise educacional se mostre com mais evidencia e força. Além de servir como diagnóstico com o que acontece em outras partes do mundo dado que o mundo do século XXI é globalizado pelo capital e as forma de sociedade de massas se repetem em todas as partes do mundo com a tendência a um nivelamento geral.

“A crise na educação americana, de um lado, anuncia a bancarrota da educação progressiva e, de outro, apresenta um problema extremamente difícil por ter surgido sob as condições de uma sociedade de massas e em resposta a suas exigências.” (ARENDT, 2014, p 228).

Sob a perspectiva da autora a escola tem a função de introduzir o jovem em um mundo velho sendo que tal mediação entre o novo e velho deve ser feito por educadores conscientes da realidade social em que vivem e consequentemente munidos de autoridade, servem de mediadores entre a criança e o mundo adulto. É aí que reside o

problema central da crise na educação em uma sociedade de massas quando se observa a tendência cada vez mais crescente que tal sociedade possui de uma emancipação precoce das crianças, derivada de uma nova e confusa relação entre o público e o privado:

“Quanto mais completamente a sociedade moderna rejeita a distinção entre aquilo que é particular e aquilo que é público, ou seja, quanto mais ela introduz entre o privado e público uma esfera social na qual o privado é transformado em público e vice versa, mais difíceis tornam as coisas para as crianças, que pedem, por natureza, a segurança do ocultamento para que não haja distúrbios em seu amadurecimento.”(ARENDT, 2014, p 238)

Há sob a perspectiva aqui esboçada um vínculo importante entre o que a autora chama de “estranhamento do mundo”, ao denunciar a alienação social com a qual no defrontamos na crise da modernidade, e o conceito de “sujeito automático” esboçado anteriormente, na medida em que, processos automáticos e irracionais tomam conta de todas as esferas sociais, observa se que na educação estes se refletem nas teorias pedagógicas que visam reformar o ensino com a pretensão de preparar as crianças para responder as exigências novas do mundo atual.

“Ao considerar os princípios da educação temos de levar em conta esse processo de estranhamento do mundo; podemos até admitir que nos defrontamos aqui presumivelmente com um processo automático, sob a única condição de não esquecermos que está ao alcance do poder e do pensamento e da ação humana interromper e deter tais processos” (ARENDT, 2014, p 245)

Hannah Arendt denuncia em seu artigo que tais políticas educacionais buscam emancipar as crianças para o mundo adulto antes que estas possam estar prontas. Com uma teoria que explica como estas novas políticas pedagógicas tendem a tornar a educação entendida de forma conservadora (no que se refere à conservação da infância perante o mundo adulto) e privada (no sentido do íntimo) em algo público da esfera política em favor de uma pretensa autonomia do mundo da criança. Baseados em uma pedagogia do fazer, influenciada pela psicologia moderna, pressupõe se que no ambiente escolar deve se substituir o conteúdo e o educador especialista pelas formas de

aprendizado voltadas para o fazer e para a autonomia das crianças na construção do conhecimento.

“o motivo por que não foi atribuída nenhuma importância ao domínio que tenha o professor de sua matéria foi o desejo de leva-lo ao exercício contínuo da atividade de aprendizagem, de tal modo que ele não transmitisse como se dizia: ‘conhecimento petrificado’, mas ao invés disso demonstrasse constantemente como o saber é produzido” (ARENDT, 2014, p 232)

No cerne da questão levantada pela filósofa está a função da escola e da educação no mundo, por exemplo, se esta tem a função de trazer ao mundo o novo conservando no indivíduo a sua forma inacabada que com o tempo se forma para o mundo do entendimento, é intrinsecamente relacionada com a tradição e com o respeito ao passado. Os educadores, sob esta perspectiva, têm o papel de ensinar o que é o mundo com os pés no presente, mas os olhos voltados para o passado, sendo assim são inquestionáveis a função da autoridade no sentido que a autora nos propõe de um entendimento das coisas do mundo que deve ser transferido aos alunos. Portanto, para a autora a crise da educação está no fato desta ser inseparável da tradição e da autoridade e ao mesmo tempo estes não serem parte da estrutura do mundo moderno.

“O problema da educação no mundo moderno está no fato de, por sua natureza, não poder esta abrir mão nem da autoridade, nem da tradição, e ser obrigada, apesar disso, a caminhar em mundo que não é estruturado nem pela autoridade nem tampouco mantido coeso pela tradição” (ARENDT, 2014, p 245)

Sob a perspectiva metodológica deste trabalho é importante denunciar o caráter trans-histórico da análise da autora, na medida em que vai buscar na história de outras formações sociais que não a capitalista o sentido de uma educação universal, não poderá dessa forma entender o significado e a funcionalidade da educação no sistema capitalista nas diferentes etapas de seu desenvolvimento histórico. Sendo assim promove uma teoria idealista ao tratar de uma tradição que o sistema produtor de mercadorias solapou juntamente com todas as formas e práticas tradicionais de sociedades pré-capitalistas, existindo atualmente apenas de forma fetichizada no interior de um sistema que se renova constantemente, solapando suas próprias bases.

Portanto, excluindo todas as questões morais de como deve ou não educar as crianças para o mundo o mais importante aqui é analisar os pressupostos objetivos e objetivados do surgimento de tais teorias educacionais, ou seja, como a transformação nas formas e nas funções dos meios educacionais tem na realidade uma conexão íntima com a realidade econômica global e suas transformações historicamente objetivadas nas mudanças do espaço funcional empresarial, relacionados com as transformações tecnológicas na produção material e na reprodução das relações de produção dentro do sistema produtor de mercadorias.

É importante a definição de emancipação das crianças para o mundo adulto que a autora nos demonstra e é entendida aqui como uma diferenciação nas formas de se pensar a infância derivada das novas formas de produção no sentido em que estas abrangem toda a vida e engloba as crianças no mundo adulto, ou seja, no mundo das trocas, da economia empresarial. O inculcamento de habilidades, o ensino voltado apenas ao aprendizado, a criação de um mundo político das crianças, a indução ao protagonismo juvenil são formas e funções da escola nova em relação imanente com o modo de produção da vida, no sentido até de uma estratégia de pensamento, incutindo uma ideia do que deve ser a vida das crianças já que este novo modo de produzir pretende produzir a vida em seus mínimos detalhes.

Sob esta perspectiva e relacionada como causa à crise da educação, está à crise do trabalho derivada da terceira revolução industrial e consequente dessubstancialização, resultante da crescente automatização da produção no espaço funcional empresarial. Sendo que as mudanças neste espaço irão refletir na escola, na medida de um crescente desemprego estrutural em massa e subemprego que irão atingir o pressuposto básico da escola vinculada ao espaço empresarial derivado da segunda revolução industrial: a reprodução da força de trabalho.

“De cada vez que se esgota uma determinada fase de valorização, também as instituições, os conceitos e as ideologias políticas que a ela se encontram associados se tornam obsoletos.” (KURZ, 2015, p 39).

A escola e o ensino que entram em crise possuem ainda um espaço funcional vinculado às formas de trabalho do fordismo/taylorismo sendo muito bem vinculada ao espaço das instituições disciplinares de que Foucault trata, onde é mais importante o

disciplinamento dos corpos imaturos a partir do inculcamento de atitudes e valores no intuito de produzir comportamentos adequados a um bom desempenho no trabalho e na vida. Ou seja, é demandada uma forma de escolarização tão alienante quanto o trabalho no espaço empresarial, pois, há uma primazia em moldar os comportamentos visando uma generalização de corpos dóceis, submissos, disciplinados etc... Todas essas variáveis estão intimamente ligadas à forma de trabalho abstrato em que o trabalhador é contraposto pela necessidade de sobrevivência e, sendo assim, possui o seu trabalho útil alienado a única realidade de reprodução de sua força de trabalho. Da mesma forma em que os alunos das escolas públicas massificadas na época do fordismo deveriam se preocupar com o desempenho escolar visto apenas como aquisição de boas notas, e não tanto assim com o conhecimento em si. Portanto, de um trabalho alienado podemos aferir, a partir das constatações até aqui evidenciadas, uma escola alienante onde os tempos e os espaços são meticulosamente produzidos na medida daquele trabalho abstrato e o seu tempo que por hora entram em crise.

“A atividade que assegura o aprendizado e a aquisição de aptidões ou de tipos de comportamento aí se desenvolve através de todo um conjunto de comunicações reguladas (lições, questões e respostas, ordens, exortações, signos codificados de obediência, marcas diferenciais do “valor” de cada um e dos níveis de saber) e através de toda uma série de procedimentos de poder (enclausuramento, vigilância, recompensa e punição, hierarquia piramidal)” (FOUCAULT, 2004, p. 241).

Tais espaços funcionais, apesar de terem sobrevivido sem grandes mudanças desde seu surgimento na época da primeira revolução industrial, como demonstramos anteriormente ao tratar das escolas-fábricas em Marx, não irão encontrar vínculo funcional com as novas formas de produção da revolução microeletrônica e assim serão tratadas como atrasadas, na medida em que, a terceira revolução industrial coloca um limite histórico na valorização do trabalho vivo, modifica dessa forma, as necessidades operacionais da reprodução das relações de trabalho. Entretanto, tais mudanças não possuem uma receita de como fazer e nem se pode buscar no passado algo com o que comparar, pois, a crise do trabalho é algo completamente novo, mas que tenta manter o vínculo funcional, na medida do possível, com outras formas antigas relacionadas à estrutura anterior que se arrastam no processo histórico e tendem a mudança, na medida em que também serão solapadas. A nível ideológico é o que se percebe quando

identificamos um dos pressupostos básicos da escola vinculada com o espaço empresarial de trabalho no fordismo, uma estrutura de pensamento específica das teorias desenvolvimentistas, que ainda obtêm grandes resultados na sua maneira de moldar as mentes. Trata-se, pois, de uma ideologia surgida no pós-guerra conhecida como a teoria do Capital Humano que possui como principal expoente Theodore W. Shultz que escreveu o livro “O Capital Humano Investimento em educação e pesquisa” propõe o autor aos economistas neoclássicos que estes deveriam abarcar em suas teorias macroeconômicas os investimentos educacionais como uma aquisição capitalista do trabalhador que na estrutura produtiva garante rentabilidade ao capitalista e ao trabalhador, nas palavras do autor:

“O componente da produção, decorrente da instrução, é um investimento em habilidades e conhecimentos que aumenta futuras rendas e, desse modo assemelha-se a um investimento em (outros) bens de produção” (SHULTZ 1962. In FRIGOTTO; 1984).

A partir, dessa ideia o autor irá defender a tese de que há um vínculo direto entre qualificação e potenciação do trabalho via escolarização com crescimento econômico, dessa maneira entende a escola e a educação com um potencial de criação de valor, desde que seja explicitamente vinculada para tal fim.

“O que está implícito é que, além de realizar esses objetivos culturais, algumas espécies de educação podem incrementar as capacitações de um povo na medida do seu trabalho e da administração de seu negócio e que tais incrementos podem aumentar a renda nacional” (THEODORE, p 82. 1973).

A tentativa do autor de colocar a educação como um investimento de capital apenas ignora o caráter contraditório da educação pública de ser um “custo morto” e ao mesmo tempo uma necessidade objetiva do capital. Ou seja, o ensino público está naquele pacote de atribuições do Estado em que não é possível a atividade lucrativa, sendo, portanto deduzidos da mais valia social causando assim impactos nas contas públicas. Por outro lado é imprescindível o incremento na educação visando um desenvolvimento contínuo das bases tecnológicas no sistema produtor de mercadorias, ou seja, sob o ditame do desenvolvimento das forças produtivas é importante os investimentos em educação, já que é o conhecimento humano que produz as bases

tecnológicas da rentabilidade, o mesmo que suplantam as bases produtivas de forma incessante e consequentemente os postos de trabalho relacionados.

“Por um lado a concorrência obriga à contínua inovação no uso dos conhecimentos científicos e das criações culturais; por outro lado, estes domínios constituem apenas "custos mortos", do ponto de vista da economia empresarial. Eles constituem um fundo de cujo conteúdo uma pessoa gostaria de servir-se no interesse da valorização do capital, mas pelo qual gostaria de pagar o mínimo possível." (KURZ, Robert, Crise geral na educação; EXIT)

Esta realidade contraditória das administrações de crise leva enfim a uma diferenciação no âmbito educacional em que o conhecimento necessário a continua renovação do sistema deve ser financiado “de cima” nas instituições de elite, voltadas ao ensino concorrencial enquanto que a grande massa das escolas e universidades públicas ficam a míngua em cursos superlotados, sem estruturas adequadas, consequência de um descaso decorrente de políticas neoliberais de enxugamento dos custos estatais na área social. Isto acontece de forma mais dramática nos países centrais do capitalismo. No Brasil, estamos diante do mesmo processo neoliberal que degrada as instituições públicas, no entanto, a realidade educacional do país possui peculiaridades importantes de um processo em andamento: há a massificação do ensino e constantes ataques estruturais ao seu carácter público, mas algumas universidades públicas são de ponta e é onde as elites ainda buscam seus estudos. Mas o que há de comum é que valoriza se certos cursos funcionais a valorização do capital ao mesmo tempo em que degradam os cursos que não possuem a mesma lógica.

“Estudos culturais, humanidades, ciências sociais, vistas como especializações em floreios, emagrecem até à invisibilidade; o mesmo acontece com a pesquisa teórica "sem objectivo" em ciências naturais. Pelo contrário, são unilateralmente fomentadas as "disciplinas valorizáveis" ou como tal consideradas: informática, engenharias, estudos de economia empresarial, etc. O ideal é o "cientista empresarial", a escola organizada sob o "ponto de vista da economia" ou o projeto científico administrado como uma empresa lucrativa. Para os estudantes a divisa é: Estudes tu o que estudares, é sempre economia empresarial. (KURZ, 2004)

Pensar a educação, na forma do capital humano, como um investimento na pessoa revela o caráter reificado de tal relação social, já que, como uma mercadoria, o indivíduo deve se qualificar ao longo de toda sua vida, para se manter atualizado e assim servir as contingências do capital. De uma forma análoga ao mercado, onde circulam as mercadorias, a força de trabalho deve circular entre os postos de trabalho, e a educação qualificada nesses termos do capital humano serve diretamente a rentabilidade do capital, pois, introduz nas pessoas saberes técnicos importantes no trabalho tecnificado e científico. Além disso, tal forma de pensar leva os Homens à concorrência entre seus pares, como verdadeiras mercadorias que se valorizam ao aplicar lhes investimento, irão se realizar na concorrência do mercado de trabalho. Em um sistema de ensino desses as crianças são levadas a uma disputa com seus colegas pelas melhores notas e melhores pontuações na sua carreira escolar, visando um futuro que lhe seja valorizado, na medida em que se identifica com a sua futura função nos quadros do sistema: o médico, o arquiteto, o cozinheiro etc. Este sistema pautado no exame e em níveis piramidais de ajustamento possui a função de classificação, premiação e sanção de conduta.

“O exame, cercado de todas as suas técnicas documentárias, faz de cada indivíduo um ‘caso’: um caso que ao mesmo tempo constitui um objeto para o conhecimento e uma tomada para o poder. O caso não é mais como na casuística ou na jurisprudência, um conjunto de circunstâncias que qualificam um ato e podem modificar aplicação de uma regra, é o indivíduo tal como pode ser descrito, mensurado, medido, comparado a outros e isso em sua própria individualidade; e é também o indivíduo que tem que ser treinado ou retreinado, tem que ser classificado, normalizado, excluído, etc.” (FOUCAULT, 2008)

Carl Salm em seu livro: escola e trabalho de 1980 irá criticar o pensamento neoclássico do capital humano e os críticos marxistas que pensam a escola analogamente a estes: a escola como uma “fábrica de mão de obra qualificada” (SALM, 1980). O autor considera que não há vínculo direto de dependência entre o capital e a escola quando observa o qual pesado e oneroso é o sistema educacional para o sistema capitalista, do seu crescente “agigantamento patológico” (SALM, 1980) na mesma medida da redução constante dos postos de trabalho.

“Esta crise consiste no seguinte: o sistema educacional retém um contingente crescente de pessoas por um número cada vez maior de anos, enquanto simultaneamente, se esvazia o conteúdo e o sentido do trabalho para a maioria” (SALM, 1980, p. 27).

A crítica do autor a uma postura de certos pensadores marxistas e da teoria econômica neoclássica de vincular de forma direta educação e postos de trabalho se baseia na contradição exemplificada pela crescente massificação do sistema educacional em contraposição com a diminuição dos postos de trabalho, ou seja, é intolerável pensar que o capital assuma os custos crescentes do sistema improdutivo educacional somente para garantir a ocupação dos minguados postos de trabalho. Além de enfatizar a qualidade imanente do sistema capitalista de superar os entraves para a valorização do valor que o sistema educacional representaria.

“Se a finalidade da produção capitalista é a reprodução e ampliação das relações capitalistas de produção, é no seio da produção mesma que devemos buscar a formação das qualificações requeridas e não numa instituição à margem como é a escola.” (SALM, 1980, p. 25).

Entretanto, como critério do autor, este deixa claro o seu declínio em tratar a escola como atividade reprodutora das classes sociais e o papel ideológico que a teoria do capital humano cumpre na sociedade. Identificando sua análise com uma crítica ao capital humano e aos marxistas que veem a escola como um imanente processo de valorização da força de trabalho.

“É preciso dizer, logo de início, que não temos problemas com a ideia da escola como instância da superestrutura envolvida na reprodução das classes sociais, mesmo quando a ideia aparece na forma simples da escola como necessária para “civilizar os bárbaros”. A importância do papel, principalmente do papel ideológico, que a escola cumpre no processo de reprodução é inegável e vem sendo denunciado com insistência que vai se tornando enfadonha, embora muitas vezes as análises são dominadas por forte reduções mecanicistas.” (SALM, 1980, p. 19).

Tendo escrito o seu livro nos anos oitenta em plena transformação produtiva ao que viria a ser denominado por terceira revolução industrial o autor constata a

contradição crescente entre nível de escolarização e sua relação com postos de trabalho, como pretendia a teoria do capital humano. Entretanto, o autor não apreende o aspecto ideológico que a teoria do capital humano é revestida sendo ela um produto das contradições do capitalismo em sua fase monopolista, existindo assim, dentro de uma concepção mais ampla de uma teoria do desenvolvimento que pretende ratificar o patamar histórico do desenvolvimento capitalista. Na medida em que revela a falácia dos que acreditam em um vínculo direto e necessário do capital entre escolarização e trabalho revela o caráter ideológico de tal teoria, mas a sua escolha em não tratar das questões ideológicas que a escola cumpre na sociedade vai inevitavelmente leva-lo a uma esdrúxula separação entre estrutura e superestrutura e consequentemente fica assim obscurecida a necessária complementaridade entre trabalho produtivo e improdutivo. Sendo assim o autor oblitera a revelação, antes bem concebida, e não apreende o importante caráter de mediação que a prática educativa possui no bojo do processo produtivo.

“(...) a ideia básica é que assim como o capital no seu processo de acumulação, concentração e centralização pelo trabalho produtivo vai exigindo, cada vez mais, contraditoriamente, trabalho improdutivo, como se fossem verso e averso de uma mesma medalha, a “improdutividade da escola” parece constituir, dentro desse processo, uma mediação necessária e produtiva para a manutenção das relações capitalistas de produção.” (FRIGOTTO, 1984, p 134)

Com a teoria do capital humano circunscrita nas teorias desenvolvimentistas estadunidenses do pós-guerra e estas dentro de uma lógica de oligopolização do mercado mundial levada a frente pelo imperialismo americano, veremos que no Brasil se consumaram em um forte direcionamento político como consequência da territorialização do capital e da posição do país na divisão internacional do trabalho. Dessa forma o Estado centraliza o poder visando à aceleração da acumulação capitalista no país criando condições de infraestrutura e de superestrutura. Controlando os fatores decisivos o Estado brasileiro passa a instaurar o novo modo de acumulação englobada em uma estratégia econômica e política local em que o planejamento estatal se impõe sobre o sistema monetarista e coercitivamente sobre toda a sociedade para assim fomentar a modernização do país nos moldes da segunda revolução industrial, o que Robert Kurz usualmente chama de “modernização recuperadora” nada mais é do que as formas de uma acumulação primitiva interna no intuito de criar as bases para a

acumulação capitalista urbano/industrial propiciando assim, dentre outras coisas, a imprescindível formação de um enorme “exercito de reserva” (MARX) propicio a esta acumulação, exemplificado pelo êxodo rural, ou seja, a expulsão violenta dos trabalhadores e camponeses do meio rural para se realizarem como modernos trabalhadores assalariados, efetivos ou potenciais.

“Toda modernização recuperadora do século XX, não apenas aquela do Leste estava obrigada a repetir, de uma maneira ou outra, as estruturas mercantilistas dos séculos XVII e XVIII, porém num nível de desenvolvimento muito mais elevado. Em todos os países do Terceiro Mundo, o Estado transformou-se numa gigantesca máquina burocrática, para muito além da base produtiva.” (KURZ, 2004 p 166)

Não cabe no escopo deste trabalho traçar um histórico sobre os diferentes momentos da territorialização do capital, desde a colônia até a atualidade, em solo brasileiro, sendo que tal territorialização insere se em uma totalidade, exemplificada pela divisão internacional do trabalho, que põe em evidencia a posição secundária do país no sistema: *“simples setor periférico e satélite do capitalismo internacional de onde lhe vêm todos os impulsos e freios que comandam o seu comportamento econômico”* (PRADO, 1976).

No entanto, pode se afirmar que a partir dos anos 30 observa se claramente no Brasil uma nova correlação de forças sociais que irão conscientemente por em marcha a destruição sistemática das antigas regras do jogo de um economia agrário-exportadora para a modernização produtiva inclinada agora às atividades do mercado interno urbano. *“Trata-se em suma de introduzir um novo modo de acumulação, qualitativa e quantitativamente distinto, que dependerá de uma realização parcial interna crescente”* (OLIVEIRA, 1972)

Para tanto será necessário penalizar as antigas formas econômicas e incentivar as mudanças nas atividades econômicas, o que seria impossível sem uma profunda reformulação do Estado e de suas ações, pois, este possui o caráter de regulamentar os fatores da vida política brasileira, criando dessa forma, as bases para a territorialização do capital industrial em solo brasileiro.

“(...) o Estado intervém para destruir o modo de acumulação para qual a economia se inclinava naturalmente, criando e recriando as condições para o novo modo de acumulação” (OLIVEIRA, 1972).

Trata-se, portanto, de uma estrutura análoga à acumulação primitiva descrita por Marx, mas que difere quando demonstra não se tratar de uma expropriação da propriedade da terra, como no desenvolvimento histórico do capitalismo europeu, mas, dado que há desde sempre uma forte concentração de terra os expropriados veem fluir de suas mãos o seu excedente formado pela posse intermitente da terra.

“Assim tanto na abertura de fronteiras ‘externas’ quanto como ‘internas’, o processo é idêntico: o trabalhador rural ou morador ocupa a terra, desmata, destoca, e cultiva as lavouras temporárias ditas de ‘subsistência’; nesse processo ele prepara a terra para as lavouras permanentes ou para a formação de pastagens, que não são dele, mas do proprietário. Há, portanto, uma transferência de ‘trabalho morto’ de acumulação, para o valor das culturas ou atividades do proprietário ao passo que a subtração do valor que se opera para o produtor direto reflete-se no preço dos produtos de sua lavoura, rebaixando os.” (OLIVEIRA, 1972, p 43).

O trabalho rural não pago terá um importante papel nos custos de reprodução da força de trabalho urbana, na medida em que, impede que cresçam os custos de produção agrícola em relação ao industrial rebaixando, dessa forma, os custos básicos de alimentação e vestuário dos trabalhadores urbanos, permitindo assim, uma elevada taxa de exploração do trabalho nas cidades baseadas em uma ainda maior taxa de exploração da massa trabalhadora rural. É neste contexto que iremos ver surgir às primeiras regulamentações trabalhistas direcionadas aos ocupados no meio urbano, tais leis irão instaurar as novas regras do jogo e assim um novo modo de acumulação. A necessidade do sistema de transformar um enorme contingente populacional em um “exército de reserva” adequado ao novo modo de acumulação irá forjar as leis trabalhistas não como defesa do trabalhador, mas pelo contrário, em defesa da acumulação capitalista. É o que se depreende, por exemplo, quando se observa a instituição do salário mínimo como fixação dos níveis que irá igualar reduzindo o preço da força de trabalho urbano impedindo, dessa forma, que o preço do trabalho varie em um mercado livre de concorrência entre demanda e oferta de trabalho. Junta-se a isso o fato de a legislação trabalhista jamais ter alcançado os trabalhadores rurais podemos observar que se trata de uma unidade que somente na aparência poderia ser considerada uma dualidade, ou seja, o chamado atraso do meio rural é condição sine qua non da modernização tardia dos meios urbanos, pois, além de fornecer os trabalhadores que irão formar o “exército de reserva” das cidades, através da enorme exploração do trabalho, reduzem-se

drasticamente os custos com a força de trabalho na produção, já que, a manutenção de um padrão primitivo de produção agrícola permite que os custos de subsistência para a reprodução do trabalhador urbano sejam baixos, principalmente em se tratando da alimentação e vestuário. Portanto, forçando para baixo os custos de reprodução do trabalhador rural combinado com o crescente volume da oferta de força de trabalho é possível que o sistema rebaixe o preço da força de trabalho urbana nivelando por baixo a subsistência destes, sintetizada na forma de salários.

“Assim, não é simplesmente o fato de que, em termos de produtividade, os dois setores – agricultura e indústria – estejam distanciando se, que autoriza a construção do modelo dual; por detrás dessa aparente dualidade, existe uma integração dialética. A agricultura nesse modelo cumpre um papel vital para as virtualidades de expansão do sistema: seja fornecendo os contingentes de força de trabalho, seja fornecendo os alimentos no esquema já descrito, ela tem uma contribuição importante na compatibilização do processo de acumulação global da economia.” (OLIVEIRA, 1972, p 47)

Portanto, como vimos, é extremamente importante para o processo de industrialização brasileira que se preserve as condições de uma produção primitiva no campo, já que assim é possível manter uma força de trabalho “barata” nas cidades. A condição de todo este processo será dada pela legislação trabalhista e a forma política de sua implantação será o conhecido populismo que ganhara ímpeto juntamente com a modernização do país. No pós-guerra veremos muito desse populismo e modernização, nos planos de desenvolvimento do chamado “cinquenta anos em cinco” no governo de Juscelino Kubitschek e mais tarde nos programas econômicos do regime militar iniciado em 1964. Nestes houve um crescimento dos índices econômicos e da industrialização do país que nos moldes da segunda revolução industrial irá se implantar em um desenvolvido parque industrial acompanhado de um crescimento horizontal do setor terciário. Todos esses novos ramos urbanos irão se servir do enorme contingente populacional expulso do campo. A arquitetura montada, descrita anteriormente, com intuito de aumentar as taxas de exploração do trabalho, expulsam, dessa forma, os custos na reprodução da força de trabalho dos custos de produção que passam a ficar por conta dos próprios trabalhadores. Isso explica, por exemplo, a favelização das cidades brasileiras, pois, o crescente distanciamento dos rendimentos do capital em

relação aos rendimentos do trabalhador, engendrado pela legislação trabalhista e pela implantação e desvalorização do salário mínimo deteriora o poder de consumo do trabalhador que se vê impedido de ter acesso ao espaço urbano digno, sendo também expulsos, portanto, para as periferias e para as atividades de autoconstrução em resposta a necessidade de moradia.

“(…) podem se perceber claramente três fases no comportamento do salário mínimo real: a primeira, entre os anos de 1944 e 1951, reduz pela metade o poder aquisitivo do salário; a segunda, entre os anos de 1952 e 1957, mostra recuperação e declínios alternando se na medida do poder político dos trabalhadores: é a fase do segundo governo Vargas, que se prolonga até o primeiro ano do governo Kubitschek; a terceira, iniciando se no ano de 1958, é marcada pela deterioração do salário mínimo real, numa tendência que se agrava pós anos 1964, com apenas um ano de reação, em 1961, que coincide com o início do Governo Goulart.” (OLIVEIRA, 1972, 47).

A formação de uma periferia em que predominam relações não capitalistas como a autoconstrução e o mutirão passam a ser uma condição para o desenvolvimento deste modelo de *“modernização recuperadoras* (Kurz). Assim como foi a super exploração do trabalhador rural, ambas irão promover a transferência dos custos da produção para o bolso do trabalhador que ganhando muito pouco não terá condições de participar do consumo. Ora, todas essas consequências vem da especificidade do modelo de industrialização tardia de *“queimar etapas”* (OLIVEIRA) e consequentemente a necessidade de uma acumulação potencializada promovida invariavelmente pela implantação de uma tecnologia poupadora de trabalho, aliada as leis trabalhistas, que irão dar as empresas aqui instaladas a possibilidade de uma rentabilidade a nível global. A implantação em solo brasileiro de uma indústria moderna nos modos da segunda revolução industrial irá queimar as etapas históricas do desenvolvimento capitalista e implantar uma estrutura totalmente anômala ao que estava estabelecido anteriormente. É dessa forma que iremos ver emergir a expansão desenfreada dos segmentos terciários absorvendo em níveis baixíssimos de remuneração a população excedente. A implantação das indústrias contemporâneas exigem uma divisão social do trabalho até então inexistente no Brasil, dessa forma teremos o que geralmente é chamado de inchaço do terciário, mas que não deve ser visto como obstáculo à acumulação mas sim como parte dessa, na medida em que, estão intrinsecamente ligados ao crescimento

industrial sendo considerado como condição para a implantação do novo sistema industrial capitalista.

“Assim, na verdade, o processo de reprodução do capital ‘queimar’ varias etapas, entre as quais a mais importante é não precisar esperar que o preço da força de trabalho se torne suficientemente alto para induzir as transformações tecnológicas que economizam trabalho. Esse fator, somado as leis trabalhistas, multiplica a produtividade das inversões; por essa forma, o problema não é que o crescimento industrial não crie empregos – questão até certo ponto conjuntural - , mas que, ao acelerar se, ele pôs em movimento uma espiral que distanciou de modo irrecuperável os rendimentos do capital em relação ao trabalho.” (OLIVEIRA, 1972, p 67).

Como resultado de todas essas condições estamos diante de uma sociedade marcada pela forte desigualdade social que extrai de relações de exploração não especificamente capitalista a condição de sua sobrevivência na contemporaneidade. Estruturalmente observa se uma desigualdade também nos tipos de indústrias estabelecidas, podemos dizer que eram divididas em empresas tradicionais e dinâmicas, sendo a primeiras voltadas para o mercado interno das populações de baixa renda caracterizadas por um baixo nível de rentabilidade em uma produção de bens de consumo para as classes subalternas, estão no sistema naquela função de baixar os custos de subsistência na reprodução da classe trabalhadora. As indústrias do chamado setor dinâmico irão se implantar dado todas as condições até aqui descritas serem ratificadas, pois, é somente sobre esta base de exploração social que poderão extrair a mais valia necessária para sua reprodução, ou seja, a intensa exploração do trabalho urbano e rural, a expulsão dos custos com a força de trabalho da produção, o abismo da desigualdade social, o baixo índice de produtividade dos setores tradicionais, a explosão do setor terciário, tudo disso será condição para o estabelecimento de uma indústria de bens de consumo durável voltada para as classes médias e altas, portanto dependente da extrema desigualdade social, assim como também depende do capital externo.

Sobre isso Caio Prado Junior escreve em 1976:

“O que se encontra é fundamentalmente, e no essencial, uma indústria de bens de consumo durável substituta de importações, sem infraestrutura apreciável, e dependente do exterior, no fornecimento de seus principais e essenciais insumos. E mais, da tecnologia

empregada, que na falta de elaboração própria, que o mesmo sistema de nossa dependente economia torna inacessível, faz-se em simples repetição mecânica de modelos que nos vêm prontos e acabados, em seus mínimos pormenores, do exterior. Concretamente, uma indústria pouco ou quase nada mais que modesto fim de linha de estruturas industriais exteriores ao país.” (PRADO, 1976, p 354).

Tais modelos econômicos e estruturas tecnológicas de produção importados dos centros capitalistas vieram, juntamente com as empresas globais, ao país com o objetivo principal de aproveitar a mão de obra barata e pouco reivindicadora visando o mercado interno das classes altas e médias além da exportação de seus produtos.

No âmbito educacional o que veremos é uma organização do sistema de ensino em estreita vinculação com o desenvolvimento econômico do país. Em 11 de agosto de 1971 foi promulgada a lei 5692/71 que estabeleceu diretrizes e bases para a educação de 1º e 2º graus. De acordo com essa lei, o objetivo geral do ensino de 1º e 2º graus visava proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, tornando-se compulsória a qualificação para o trabalho e o preparo para o exercício consciente da cidadania.

Art. 5º As disciplinas, áreas de estudo e atividades que resultem das matérias fixadas na forma do artigo anterior, com as disposições necessárias ao seu relacionamento, ordenação e sequência, constituirão para cada grau o currículo pleno do estabelecimento.

“1º Observadas as normas de cada sistema de ensino, o currículo pleno terá uma parte de educação geral e outra de formação especial, sendo organizado de modo que:

a) no ensino de primeiro grau, a parte de educação geral seja exclusiva nas séries iniciais e predominantes nas finais;

b) no ensino de segundo grau, predomine a parte de formação especial.

2º A parte de formação especial de currículo:

a) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau;

b) será fixada, quando se destina a iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados.”(consultanainternet15/08/2016:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm)

Considerando que houve uma intenção explícita dessa legislação de envidar todos os esforços na “preparação de força-de-trabalho para atender às demandas do

desenvolvimento econômico, a Lei 5692/71 pretendeu estabelecer de forma compulsória para todo o 2º grau o ensino profissionalizante, além de instaurar a obrigatoriedade do ensino de 1º grau. O que para muitos foi considerado um avanço na democratização do ensino das ciências seculares do desenvolvimento humano, para alguns críticos do sistema capitalista a massificação da educação nos países do terceiro mundo significou a vinculação intrínseca entre trabalho e educação e evidenciou o papel da escola de reprodutora das relações de produção, na medida em que, produz o inculcamento de habilidades, a disciplina dos corpos, a mercantilização da vida, etc.. Ou seja, um sistema de ensino funcionalista e instrumental, que não deve ser descartado dado a sua aparente ineficiência como qualificadora do processo de trabalho imediato, sendo que o caráter mediador da prática escolar é derivado da sua especificidade de produzir um conhecimento geral articulado ao sistema produtivo, de ser um mecanismo de gestão do Estado intervencionista e um mecanismo de discriminação social.

“(...) a escola cumpre funções de caráter geral, em termos de desenvolvimento de um saber não específico e condições sociais necessárias ao desenvolvimento capitalista; cumpre função de formação de profissionais de alto nível (engenheiros, advogados, economistas e administradores) que irão exercer as funções do capital nas empresas capitalistas ou nos postos da tecnocracia estatal; cumpre igualmente o papel de circulação da mais valia produzida; e finalmente, pode cumprir um papel de contenção – especialmente a nível superior – de um exercito de reserva, funcional ao mercado de trabalho”(FRIGOTTO, 1984p 163).

A transformação brasileira de ex-colônia para periferia do sistema engendrada na forma da “modernização recuperadora” (KURZ) irá manter o país na estrutura do subdesenvolvimento: presa eternamente a um rígida divisão social do trabalho, que apesar das atualizações injetadas pelos centros dinâmicos do sistema capitalista mundial irá manter-se na singularidade histórica do subdesenvolvimento.

“O subdesenvolvimento, assim, não se inscrevia numa cadeia de evolução que começa no mundo primitivo até alcançar, por meio de estágios sucessivos, o pleno desenvolvimento. Antes tratou-se de uma singularidade histórica, a forma do desenvolvimento capitalista nas ex-colônias transformadas em periferia, cuja função histórica era fornecer elementos para a acumulação de capital no centro” (OLIVEIRA, 2003).

Portanto, apesar de ter sido completa a atualização no sistema sob o comando da segunda revolução industrial em que fora implantada uma indústria avançada, com uma estrutura de serviços diversificada e um forte agrobusiness que destruiu todos os resíduos pré-capitalistas no campo, ainda o Brasil continua ligado pelas vias da financeirização, subordinada aos centros capitalistas dinâmicos.

“Essa dependência financeira externa cria, uma dívida financeira interna igualmente espantosa, como a única política capaz de enxugar a liquidez interna produzida exatamente pelo ingresso de capitais especulativos. Mas é também um adiantamento sobre a produção futura, de modo que somando as dívidas interna e externa chega-se à conclusão que para produzir um PIB anual é preciso endividar-se na mesma proporção. Essa é a reiteração da financeirização da economia.” (OLIVEIRA, 2003).

A avassaladora crise da terceira revolução industrial, iniciada nos anos de 1980, que chega à contemporaneidade com a máxima expressão da destruição exponencial dos postos de trabalho formais, roga-se ao Brasil, diretamente do establishment central, o que eles chamam de flexibilização das leis trabalhistas como uma exigência dos novos tempos e significa invariavelmente em um aumento da taxa de exploração do trabalho. Antes, como foram demonstradas, as leis trabalhistas significavam a regulação dos fatores por parte do Estado no intuito de pressionar o trabalho no sentido de sua máxima exploração. No âmbito da terceira revolução industrial estes mesmos regulamentos trabalhistas servirão como obstáculos à acumulação, na medida em que, os postos de trabalho vão desaparecendo, cada vez mais deixam de existir a necessidade de trabalho humano na produção e este passa a ser importante na realização do valor apenas, ou seja, na venda das mercadorias. Como vimos antes tradicionalmente o Capital busca no mercado financeiro um adiantamento para os custos da produção: capital variável e capital constante. No entanto, o fenômeno da automatização e da enorme produtividade leva o Capital a uma tentativa de expulsar os custos com os salários, anteriormente adiantados aos trabalhadores, aquilo que Marx chamava de capital variável passa a se deslocar da esfera produtiva para a esfera do consumo e os salários só se realizam no tempo em que realiza-se o lucro, sendo pagos por peça vendida, da mesma forma com o que geralmente chama-se de trabalho informal.

“Teoricamente, trata-se de transformar todo tempo de trabalho em trabalho não pago; parece coisa de feitiçaria, e é o fetiche em sua máxima expressão. Aqui fundem-se mais valia absoluta e relativa: na forma absoluta, o trabalho informal não produz mais do que uma reposição constante, por produto, do que seria o salário; e o capital usa o trabalhador somente quando necessita dele; na forma relativa, é o avanço da produtividade do trabalho nos setores *hard* da acumulação molecular digital que permita a utilização do trabalho informal.”(OLIVEIRA, 2003)

Portanto, realizando-se as reformas trabalhistas no sentido das tendências do capitalismo contemporâneo, todo trabalho formal tende a se tornar informal, em direção a plenitude da vida. O que Francisco de Oliveira chama “trabalho abstrato virtual” nada mais é do que a subordinação de todo o tempo da vida humana às contingências da eterna valorização do valor, estando os trabalhadores sob tal realidade, apartados da produção, nada mais lhes restam do que todo o seu tempo de vida, para a realização do valor. A crise do trabalho engendrada pela automatização crescente da produção irá consequentemente abalar as estruturas da sociedade moderna elevando os níveis piramidais da escolarização em relação aos postos de trabalho, na medida em que, no modo de produção relacionado com a segunda revolução industrial era comum entender a relação educação e trabalho da seguinte maneira: os que concluíram apenas o ensino fundamental ocupam os postos de trabalho de nível inferior, na área de serviços domésticos, limpeza, auxiliares de cozinha, ajudante geral etc. Aqueles que se formavam no ensino médio comum e profissionalizante podiam ocupar cargos administrativos, empregados de escritório, profissionais de nível técnico etc. E os que se formavam no ensino superior assumiam os cargos relacionados às suas especializações. Mas, a atualidade bagunça tais relações e evidencia uma contradição que só pode ser explicada pela iniciativa oportunista de conglomerados empresariais que fazem da educação um negócio lucrativo e pela automatização dos postos de trabalho que avança em todas as áreas: serviços, comércio, agricultura e indústria. Trata-se de uma realidade nova que muda a velha ordem que relacionava escolarização com ocupação em postos de trabalho, pois, na medida em que diminui drasticamente os postos de trabalho como consequência do desemprego estrutural, joga-se para cima os níveis de escolarização necessários para garantir alguma ocupação e assim a própria sobrevivência no sistema, ou seja, o pessoal formado no ensino superior não encontrando oferta em sua área irá

assumir as vagas que antes eram destinadas aos do ensino médio e estes por sua vez assumem as vagas voltadas aos baixos níveis de escolarização. Soma-se a isso, a atividade desses grandes conglomerados educacionais que instalam cursos de baixo custo, muitas vezes subsidiados com programas de acesso popular do governo e voltados para as classes baixas e médias explorando as mentes ocupadas com a ideologia do capital humano e o sonho de uma ocupação de status elevado no sistema.

“A massificação das qualificações superiores (na Alemanha, cerca de metade dos estudantes que em cada ano concluem o ensino secundário) e, conseqüentemente, da sua oferta conduz a uma desvalorização da força de trabalho qualificada, de acordo com as leis do mercado de trabalho. Com a pressão dos custos sobre o sistema de ensino, "improdutivo" do ponto de vista capitalista, desenvolveu-se uma progressiva precariedade também dos estratos sociais com formação acadêmica. A antiga classe média com formação superior está condenada ao declínio.” (KURZ, 2011).

O recrudescimento dos postos de trabalho consequência da automatização da produção no espaço empresarial é o pressuposto essencial do capital humano em complexa mudança fica claro que não é mais evidente, como poderia parecer antes, a relação intrínseca entre escolarização e ocupação, pelo menos não em relação ao ensino da sociedade fordista/taylorista que relacionava com os cargos desta era que já passou. O novo momento histórico define novas e diferentes ocupações e demanda novas formas de ensino escolar, que no mundo já se mostram com todas as suas controversas, trata-se de uma espécie de capital humano empreendedor: se na estrutura de produção de antes buscava-se uma força de trabalho disciplinada e passiva, para o trabalho com máquinas e processos autômatos, na fase de crise do trabalho que vivemos tentam instaurar uma mentalidade escolar empreendedora e um ensino que propaga a visão economicista e empresarial.

“O objetivo é a pessoa como "empreendedor próprio": todas as relações sociais devem se transformar em relações de oferta e demanda, todos os contatos em "contatos com clientes". Essa dissolução da vida no economismo capitalista não substitui simplesmente, como novo modelo abstrato da educação, o cânone tradicional da ética burguesa, mas é também exercitada na prática.” (KURZ, 2011)

No entanto, é importante salientar as diferentes formas que esse “*novo modelo abstrato de educação*” (Kurz) atinge os diferentes estratos sociais.

Sendo exercida juntamente com a antiga forma de educar vai ganhando espaço principalmente nos meios educacionais de escolas particulares enquanto que no ensino público, devido também a sua inerente lentidão em acompanhar os processos sociais, ainda prevalece aquela educação ligada ao modo de produção que entra em crise na década de oitenta. No entanto, o novo modelo vai ganhando espaço na mentalidade dos que gerem a educação pública e conseqüentemente, tal modernização, avança também nos espaços escolares do sistema público, porém não de maneira análoga como veremos. Afinal, como é o ensino público um fator de custo para economia Estatal, nos moldes do neoliberalismo, e sua tendência intrínseca irá enxugar ao máximo tais custos educacionais. Evidenciando dessa forma as disparidades sociais de uma sociedade de classes em que todos os Homens socializados são atingidos pelas mesmas necessidades de valorização do valor, mas nem todos têm as mesmas condições de acesso às funções elevadas do sistema, ou seja, as ocupações mais valorizadas ficam nas mãos dos que já possuem capital para investimento em educação, além do capital cultural, capital social e toda uma miríade de condições favoráveis em relação aos mais pobres.

“Na realidade, cada família transmite aos seus filhos, mais por vias indiretas que diretas certo capital cultural e um certo ethos, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar. A herança cultural, que difere, sob os dois aspectos, segundo as classes sociais é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente pelas taxas de êxito.” (BOURDIEU In: Nogueira, Maria A. e CATANI Afrânio. 2008)

Sob os ditames da desigualdade social cada criança terá um legado familiar a ser considerado, colocando assim de forma objetiva as aspirações subjetivas dentro de um círculo familiar e um ambiente social que irá definir as possibilidades de concretização dos sonhos, entendidos como ocupação de status social no sistema capitalista. Subjetividades que atingem a sociedade de forma transversal, mas que só encontram efetividade naqueles mais bem preparados. Evidencia, dessa forma, no âmbito da reprodução das relações de produção que os mais bem posicionados dentro de um ethos social irão alcançar os desejos funcionais de status, enquanto que a grande maioria terá

suas condições restringidas a um grupo social intelectualmente desfavorecido, a instituições escolares precarizadas e a uma cultura de imediatismos.

Se essas condições já eram difíceis no sistema fordista em que havia uma ampla gama de ocupações identificadas com os indivíduos de baixas qualificações e níveis de escolarização, na crise do trabalho abstrato esta realidade ganha fortes teores de dramatização, na medida em que a automatização da produção transforma, cada vez mais, antigos cargos em nada, joga um enorme contingente populacional para os restritos cargos improdutivos dos serviços e do comércio ou quando não para o desemprego, para marginalidade criminal, o subemprego ou o emprego informal.

Ainda no capitalismo do século XVIII Marx já delineava tal realidade ao demonstrar que a mecanização da produção levava ao surgimento de indivíduos supérfluos ao sistema produtivo sendo dessa forma deslocados para outras atividades derivadas quando não para o desemprego onde servirão ao sistema como exército industrial de reserva, na medida em que, sua existência causa uma maior coerção aos ocupados na aceitação dos ditames capitalistas.

“A produção de uma superpopulação relativa ou a liberação de trabalhadores avança com rapidez ainda maior do que a – já acelerada com o progresso da acumulação – revolução técnica do processo de produção e a correspondente redução proporcional da parte variável do capital em relação à parte constante. Se os meios de produção, crescendo em volume e eficiência, tornam-se meios de ocupação dos trabalhadores em menos grau, essa mesma relação é novamente modificada pelo fato de que, à medida que cresce a força produtiva do trabalho, o capital eleva mais rapidamente a sua oferta de trabalho do que a sua demanda por trabalhadores. O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa a fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital” (MARX, 2013 p 711.)

Entretanto, como é de se imaginar no âmbito da crise do trabalho abstrato, a ordem social normalizada pelas relações de trabalho assume um caráter dramático, na medida em que, cada vez mais joga para fora desta ordem um contingente humano de supérfluos que não encontram a possibilidade de retorno nos antigos moldes empregatícios.

“Se uma ordem social agrava permanentemente o catálogo das suas exigências e exclui cada vez mais seres humanos, tal constitui o indício de que ela atingiu os limites imanentes na sua constituição fundamental, como modo de produção e de vida. Trata se, pois, de uma crise estrutural das normas que constitui a base da sua reprodução cegamente pressuposta por norma.” (KURZ, 2015).

A expansão do capital por toda a esfera da vida não pode parar e irá encontrar na falta de rentabilidade das famílias um obstáculo que por hora pode ser superado à custa do consumismo em massa baseado na expansão do crédito, na criação de novas mercadorias para novas necessidades, divulgadas incessantemente pela publicidade e novos ramos improdutivos de mediação social.

Entretanto, tais medidas de tentar manter os níveis de produtividade de forma ampliada se mostram paliativas e perigosas como demonstram as repetidas crises de bolhas financeiras que irrompem inicialmente como insolvência em massa. Já os novos ramos de trabalho como a internet representam nada menos que o agravamento da crise do trabalho, devido ao seu caráter improdutivo de mediação social para realização do consumo das diversas mercadorias e serviços concentrados produtivamente nas mãos uma oligarquia empresarial global. Além de improdutiva, a utopia da internet revela a automatização do consumo, na medida em que, prescinde cada vez mais de trabalhadores para a tarefa de vender. No entanto mais dramático é a revelação que este espaço virtual resulta na própria expansão da ditadura do trabalho abstrato para os espaços de folga, pois, demonstra como lazer e entretenimento é transformado pelas indústrias da cultura e do lazer em tempo de trabalho abstrato. Nesta medida, o espaço de ócio separado do espaço funcional do trabalho entra para a valorização do valor quando são transformados pela indústria de lazer e entretenimento em espaços de publicidade e consumo de mercadorias e serviços.

“Uma vez que o "trabalho" carece, a priori, de emancipação, o "lazer" também tem de ser dependente. Não consiste em um tempo liberado, pois que se transforma em espaço funcional secundário do capital. Não se trata, portanto, de ócio livre, no seu sentido antigo, mas de tempo funcional para o consumo permanente de mercadorias. Ironicamente, o lazer tornou-se para o consumidor a continuação do trabalho por outros meios. Não apenas quando "ganha" dinheiro, mas também quando o gasta, o homem capitalista é um "trabalhador". A ditadura do tempo abstracto também ocupou o lazer.” (KURZ, 1999)

Desta realidade de crise estrutural surgem novas formas de violência econômica: seres humanos não rentáveis digladiam-se por ínfimos espaços de trabalho servil, pela chance de serem explorados no espaço comercial, além da inserção no mundo da informalidade, sendo “administradores da própria miséria” (KURZ). Contudo, desta nova realidade irá emergir a necessidade de uma administração da crise com novas formas de violência extra economia, dado que o enorme contingente populacional excluído das relações empregatícias formam um potencial risco à socialização capitalista. *Os "supérfluos", multiplicando-se aos montes, precisam ser disciplinados e forçados a aceitar seu destino de maneira ainda mais dura que os "ocupados"* (KURZ,2003). Neste sentido o sistema educacional possui um papel importante de contenção populacional, mas que pode estar em risco, dado que a ideologia do capital humano ter o seu pressuposto básico em crise, ou seja, com a crise do trabalho entra em crise também a ideia do “estude e seja”. Afinal, com a dificuldade de realização do capital humano, acirra-se por cima a competição pelos cargos elitizados, sendo que nas classes subalternas, onde a crise se dá pela eliminação dos postos de trabalho até então relacionados a esta classe, os cursos profissionalizantes, o ensino médio, os cursos universitários de baixo custo, não possuem a funcionalidade no sistema de “premiar” as pessoas pelos seus esforços em se educar para o trabalho, dessa forma entra em crise também a ideia do capital humano e revela, dentre outras coisas, as disparidades sociais no acesso ao ensino de qualidade.

“A própria universidade vai deixando de ser a instância máxima para a formação das elites, assim como para a reflexão crítica, e transforma-se num mero terceiro grau de ensino. Na realidade, não se quer mais educação. Apenas maior permanência na escola, o que, de passagem, também serve para explicar a queda na qualidade do ensino no níveis inferiores, (...)” (SALM, 1980, p. 52-53).

Apesar de que na lógica parece evidente que com a crise do trabalho abstrato a ideia generalizada do capital humano também entraria em crise, ainda não se faz presente quando observamos a realidade atual brasileira, por exemplo, de uma expansão do ensino, principalmente do ensino superior. Aqui novamente não podemos esquecer-nos da atividade oportunista de grandes empresas globais de ensino universitário particular que atuam no país vendendo cursos de baixa qualidade a baixo custo,

explorando ainda a ideologia do capital humano aos mais desfavorecidos. Portanto, é notável que o papel da educação na sociedade capitalista não é o de apenas formar para o trabalho, sendo assim, como explicar que em plena crise do trabalho há a expansão dos níveis educacionais? É obvio que o capital irá usufruir dos profissionais formados pelo sistema educacional, selecionando assim o mais aptos para a empreitada eterna do fim em si da produção, mas observando de uma forma mais abrangente vemos que o sistema educacional possui como um atributo de suma importância a incumbência de controlar a mobilidade social: educação como um processo de adaptação às relações existentes que asseguram aos filhos da classe dominante os privilégios de sua classe e adapta os filhos da classe oprimida às condições de sua existência.

“A ampliação da escolarização serviria então, a um mesmo tempo, para que o capital pinçasse no seu bojo tanto aqueles necessários à produção imediata como aqueles que se alocam nos serviços – criando, dentro desse âmbito, a elevação constante dos requisitos educacionais, e também funcionando como justificativa de prolongamento da escolaridade e conseqüente retardamento do ingresso dos jovens no mercado de trabalho, fazendo da própria escola um mercado improdutivo. Esse processo nada teria a ver com a oferta e a demanda de mão de obra qualificada.” (FRIGOTTO, 1984, p 99)

Referenciada pelo conceito de trabalho abstrato observa-se que a contemporaneidade nos revela que não apenas a produtividade in situ importa: quando vemos que o sistema improdutivo cresce como condição da produção e inevitavelmente como mantenedora da realidade social. A educação presa como é ao trabalho abstrato tende a se expandir ao mesmo tempo em que se torna obsoleta para a grande maioria da população e encontra na contenção populacional e na preservação do status quo a sua razão de ser no mundo das mercadorias. Mundo este que com toda ideologia neoliberal de um Estado mínimo vê crescer substancialmente as funções estatais coercitivas enquanto que se muda a lógica nas áreas sociais como saúde e educação que passam a se inserir definitivamente na lógica dos espaços de valorização do valor.

Considerações finais

Busquei nesta breve análise tratar principalmente dos espaços concebidos pela lógica reinante do trabalho abstrato, negligenciando desta forma todas as forças políticas referentes ao espaço vivido. Isto tudo devido à importante determinação que este espaço concebido nos atinge na atualidade, envoltos a toda uma reestruturação trabalhista e educacional a que estamos submetidos e aos diversos ataques a qualquer ideia destoante desta lógica.

No decorrer do ano de 2016 estamos sendo confrontados diariamente por esta lógica que no Brasil busca a filiação incondicional da população, estamos afinal diante de um Estado de exceção permanente, extremamente coercitivo que busca se respaldar na própria constituição de um Estado de direito para referenciar as reformas em todo o âmbito social que irão ao encontro com a lógica reinante em crise do trabalho abstrato. Trata-se de uma administração de crise que aprofunda a própria crise por não romper definitivamente com a lógica reinante do trabalho abstrato. É desta forma que vemos as medidas governamentais como a supressão dos direitos constitucionais no terreno da própria constituição, ou seja, usam a justificativa de uma necessária modernização e alinhamento global para enfim baixar os custos do trabalho no país e manter as transferências de riquezas aos centros quase decadentes do sistema capitalista contemporâneo. É o que se pode depreender de um governo que diante de uma crise fiscal empreende toda a sua força em medidas de contenção de gastos sociais e não cumpre a necessária auditoria de sua dívida pública: uma das principais e mais eficientes vias de transferência de riqueza aos centros financeiros mundiais.

No âmbito educacional as medidas de reformulação do ensino médio do atual governo são postas de cima para baixo sem uma verdadeira discussão social, prevalecendo desta forma o autoritarismo de emendas constitucionais. Ainda pretende-se abrir concessões para passar o gerenciamento das escolas públicas para empresas privadas, instituições religiosas ou até policiais em uma nítida tentativa de transformar o espaço público e sua lógica social em espaço empresarial e/ou espaço disciplinar, o que coaduna diretamente com a tese aqui desenvolvida das funções da instituição escolar em tempos de crise sistêmica.

Entretanto, empreendi meu tempo de reflexão a esse objeto de estudo para principalmente trazer à tona um ponto de vista diferente dos que dizem defender uma escola mais progressista, inclusiva e humanista. Respalado pela teoria da crítica radical

é invariavelmente necessário se perguntar sobre a questão educacional e trabalhista da contemporaneidade, portanto é importante não perder o ponto de vista da totalidade e inserir tudo o que há no movimento histórico, no intuito de não apenas questionar quais as verdadeiras funções de um sistema educacional como o nosso, mas principalmente questionar o sistema social em que nos relacionamos.

Bibliografia.

ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. São Paulo: PERSPECTIVA. 2014.

BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação. Org: Maria Alice e Afrânio Catani. Rio de Janeiro. 2013.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra: segundo as observações do autor e fontes autênticas. São Paulo. BOITEMPO. 2008.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões. Rio de Janeiro. VOZES. 2008.

FOUCAULT, Michel. O Nascimento da Biopolítica. São Paulo. MARTINS. 2008.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. São Paulo. Loyola. 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da Escola Improdutiva. São Paulo. Cortez. 1984.

KURZ, Robert. Poder Mundial e Dinheiro Mundial: Crônicas do Capitalismo em declínio. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

KURZ, Robert. O colapso da modernização: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia de mercado. São Paulo: PAZ E TERRA, 2004.

LUKÁCS, Georg. História e Consciência de Classe: Estudos sobre a dialética marxista. São Paulo. Martins fontes. 2012.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política livro I. O processo de produção do capital. São Paulo. BOITEMPO. 2014.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política, livro III. São Paulo. Ciências Humanas, 1981.

OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista. O Ornitorrinco. São Paulo. BOITEMPO. 2013.

POSTONE, Moisés. Tempo, Trabalho e dominação social. São Paulo: BOITEMPO, 2014.

PRADO, Caio Junior. História Econômica do Brasil. São Paulo. Brasiliense. 1970.

ROSSI, Wagner Gonçalves. Capitalismo e Educação: Contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista. São Paulo. Moraes. 1980.

SALM, Claudio L. Escola e Trabalho. São Paulo. Brasiliense. 1980.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. A educação em tempos de neoliberalismo. Porto Alegre. Artmed. 2003.

SCHULTZ, Theodore. O Capital Humano: Investimento em Educação e Pesquisa. Rio de Janeiro. ZAHAR. 1973.

Artigos da imprensa

KURZ, Robert. ACABOU SE BRINCADEIRA.

Publicado em 07.09.2003 na Folha de S. Paulo com o título *O fim da cultura de diversão* e tradução de LuisRepa.

KURZ, Robert. “A comercialização da alma” São Paulo: Folha de São Paulo, 11 de fevereiro de 2001.

KURZ, Robert. A Cultura Degradada: O totalitarismo de mercado destrói seus próprios fundamentos intelectuais. São Paulo, domingo, 15 de março de 1998.

Artigos de Sites.

Kurz, Robert. Crise geral na educação. <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz155.htm>.
Visualizado em 05/08/2016.

KURZ, Robert. Crise e Critica parte 1. <http://criticaradical.org/crise-e-critica-1aparte/>. Visualizado em 02/03/2016.

KURZ, Robert. Crise e Critica parte 2. <http://criticaradical.org/crise-e-critica-2a-parte/>
Visualizado em 04/04/2016.

KURZ, Robert. A substância do Capital. <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz203.htm>
Visualizado em 06/03/016.

KURZ, Robert. O OCASO DA JUVENTUDE DOURADA DA GLOBALIZAÇÃO. <http://soseducaopblica.blogspot.com.br/p/robert-kurz-textos.html>.
Visualizado em 05/07/2016.

KURZ, Robert. A ECONOMIA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO. <http://www.obeco-online.org/rkurz384.htm>.
Visualizado em 08/08/2016.

KURZ, Robert. A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política. <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz66.htm>
Visualizado em 15/07/2016.

KURZ, Robert. CRISE GERAL NA
EDUCAÇÃO. <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz155.htm>.

Visualizado em 20/07/2016

KURZ, Robert. A HONRA PERDIDA DO TRABALHO: O socialismo dos produtores como impossibilidade lógica. <http://www.obeco-online.org/rkurz109.htm>

Visualizado em 23/06/2016.

Vídeos Documentários:

ZEITGEIST - Addendum - Fullversion dezeitgeistmovementVizualizado em:
<https://www.youtube.com/watch?v=xEdO8f2XEjA>. No dia: 21/06/2016.

The Centuryofthe Self - O SÉCULO DO EU (2002) EP. 2/4de Adam Curtisvisualizado em:
<https://vimeo.com/39004295>. No dia 18/05/2016.

“AllWatched Over byMachinesofLoving Grace,produzido em 2011 pelo documentarista Adam Curtis em parceria com a BBC.Vizualizado em <http://baixacultura.org/tudo-vigiado-por-maquinas-de-adoravel-graca/>. No dia 19/07/2016.